



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOÃO RODOLFO MUNHOZ OHARA

**A HISTÓRIA COMO HETEROLOGIA:
DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM MICHEL DE CERTEAU**

Londrina
2013

JOÃO RODOLFO MUNHOZ OHARA

A HISTÓRIA COMO HETEROLOGIA:
DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM MICHEL DE CERTEAU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – UEL para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Joanilho.

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

O36h Ohara, João Rodolfo Munhoz.

A história como heterologia: do conceito de história em Michel de Certeau /
João Rodolfo Munhoz Ohara. – Londrina, 2013.
80 f.

Orientador: André Luiz Joanelho.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História
Social, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Certeau, Michel de, 1925-1986 – Teses. 2. Historiografia – Teses.
3. História – Teses. I. Joanelho, André Luiz. II. Universidade Estadual
de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação
em História Social. III. Título.

JOÃO RODOLFO MUNHOZ OHARA

A HISTÓRIA COMO HETEROLOGIA:
DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM MICHEL DE CERTEAU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – UEL para obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Joasilho.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Jr.
UNESP – Assis – SP

Prof. Dr. Paulo Alves
UEL – Londrina – PR

Prof. Dr. André Luiz Joasilho
UEL – Londrina – PR

Londrina, 07 de Março de 2013.

*A Yoshie e Teide Keima,
Yolanda e João Munhoz Alonso.*

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, gostaria de esclarecer que a ordem dos agradecimentos não está organizada pela importância que cada pessoa citada teve no decorrer desta pesquisa. Trata-se de uma ordem arbitrária que o suporte escrito impõe. Portanto, que os últimos não se ofendam, por favor.

Agradeço inicialmente aos meus pais, Celso e Nicete, pelo suporte incondicional à minha formação, mesmo nos momentos mais difíceis dos últimos anos. Sem o esforço hercúleo de meu pai e a paciência quase infinita de minha mãe com certeza este trabalho não teria sido realizado. Pai, que muitas vezes financiou meus livros, minhas viagens, moradia, e que sempre deu exemplo de hombridade e dedicação em casa. Mãe, que também financiou livros, viagens e moradia, e também mostrou força para resolver tantos problemas, tanto aqui em Londrina quanto em Botucatu. Acima de tudo, aos dois, agradeço pela vida. Ainda no círculo familiar, agradeço também à minha irmã caçula, Giovanna, que enfrentou com coragem o desafio de aprender a cuidar da própria vida e que fez tantas das refeições gostosas ao longo dos dois anos deste mestrado.

Agradeço especialmente ao professor Dr. André Luiz Joaquinho por ser além de orientador um mestre, que me ensinou o ofício desde as leituras mais rudimentares. Agradeço também pela enorme liberdade de trabalho que me concedeu ao longo de todos esses anos, liberdade que nunca se confundiu com descuido ou desatenção. Por todos os textos corrigidos, pelas conversas informais, pelos e-mails com ideias, por ser meu primeiro leitor crítico e um interlocutor privilegiado com o qual tive a honra de debater desde o terceiro ano da graduação. Por me mostrar os caminhos da profissão com seriedade e bom humor. Por me apresentar os textos de Certeau, Foucault, Chartier, Bourdieu, mas também Furet, Hannah Arendt, Gianni Vattimo, Paul Veyne, e tantos outros. Por tudo isso e muito mais, muito obrigado.

Agradeço também à professora Dra. Silvia Cristina Martins de Souza, coordenadora do PPGHS durante o período em que desenvolvi esta dissertação, pelo auxílio imprescindível em todos os momentos, desde o ingresso até a defesa; pela paciência para lidar com a burocracia; pelas aulas que assisti e que me permitiram crescer muito. Aos professores Drs. Rogério Ivano e Gabriel Giannattasio, por me aceitarem no grupo “Epistemologias e Metodologias da História” e pelas aulas importantíssimas de Teoria e Metodologia da História; pelas discussões e indicações bibliográficas preciosas e pela relação amigável dentro e fora da sala. Ao prof. Dr. Alfredo dos Santos Oliva, pelas indicações de leitura sobre Foucault e também pelo ótimo relacionamento dentro e fora das salas de aula. A todos esses

professores, e outros que não citei nominalmente, também, pela gentileza e pelo respeito com que sempre fui tratado nesses anos na UEL, e por todas as conversas de corredor bem humoradas ao longo de todos esses anos. Também aos professores Drs. Hélio Rebello Cardoso Jr. e Paulo Alves pela leitura atenta e rigorosa deste trabalho e pelas observações que me permitiram crescer como historiador e consolidar esta pesquisa.

À minha namorada, Isabela, que, embora só tenha embarcado nessa jornada já no meu segundo ano do mestrado, a partir de então sempre me apoiou incondicionalmente com seu amor, seu carinho e seu respeito. Pela paciência sem fim, tanto de me ouvir falar sobre meu projeto e minhas leituras, quanto pelas noites que não pudemos sair por conta das minhas tarefas ou da falta de dinheiro porque comprei livros demais naquele mês...

Aos colegas que ingressaram comigo no PPGHS, agradeço e deixo um grande abraço, por todas as nossas reuniões no Frank, pelas conversas informais, pelas trocas de ideias, pelo apoio, pelas risadas... Foi um prazer inenarrável dividir esses dois anos com vocês. Em especial ao amigo Lucas Trazzi, meu amigo e parceiro de kendô, fica um abraço e o desejo de que continuemos crescendo e nos aprimorando nos caminhos da pena e da espada.

Aos grandes amigos distantes, pelas risadas e pela amizade mesmo de tão longe. Aos também grandes amigos de perto, pelas sextas-feiras de cinema, pelas terças-feiras de poker, pelas piadas intermináveis.

À CAPES pela bolsa no ano de 2012, aos periódicos nos quais tive a honra de publicar meus artigos, aos organizadores dos eventos que participei, também muito obrigado. Ao meu computador, por ter sobrevivido a tantas horas ligado, mesmo quando tive de trocar o monitor, e depois o teclado; à minha cadeira, cujo estofamento se deteriorou ao longo do mestrado; muito obrigado por terem possibilitado este trabalho.

What is so compelling about Certeau's work, in other words, is that, unlike so many historians, he took seriously the challenges to the traditional practice of history rather than resisting them at each and every turn, but, unlike many 'critics' of history, he never dismissed historical practice or the past off hand as something with which we need not bother.

Torbjörn Wandel (2000, p. 67)

My sense is that, underlying these arguments [about theory in history], there is a deep divide between those who are open to change, to the pursuit of the unknown that many different theories permit, and those who are more comfortable finding corroboration of what they already know, albeit in new instances and in different times and places.

Joan W. Scott (2008, p. 279)

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **A história como heterologia**: do conceito de história em Michel de Certeau. 2013. 80f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Desde a publicação de *L'écriture de l'Histoire* (1975) Michel de Certeau marcou o debate de seu tempo e aqueles que se seguiram em torno da prática do historiador. Particularmente seu texto “A Operação Historiográfica” constitui parte do corpo de referências quase obrigatório em cursos de teoria e metodologia nas graduações e pós-graduações em história no Brasil atualmente. Com uma bibliografia relativamente grande de comentários à sua obra ter surgido após sua morte em 1986, pode-se observar uma das consequências mais imediatas da dificuldade de situá-lo em um ponto específico do campo historiográfico: comentadores diferentes construíram vários “Certeaus” diferentes ao longo desses últimos 26 anos. Mesmo que este trabalho não escape a essa sina, meu objetivo nesta dissertação é bastante específico: o que Certeau entende quando diz que a história é uma heterologia? Ou, em outras palavras, o que significa e quais as consequências de se tratar o conhecimento do passado como um conhecimento em relação ao Outro? A leitura de *L'écriture de l'histoire*, de 1975, e *Histoire et Psychanalyse: entre science et fiction*, de 1986 (em reedição aumentada e revisada em 2002), apoiada na de outros de seus livros e artigos, permite afirmar com alguma segurança que um dos caminhos possíveis de análise de tal perspectiva “heterológica” seria a percepção das tensões construídas na historiografia entre ciência e ficção; assim, tem-se que para Certeau a historiografia se coloca sempre como a tentativa regrada de um presente tornar inteligível aquilo que cortou de si e definiu como o Outro (o passado, ou também o Outro presente – o marginalizado, as mulheres, etc.). Assim, este trabalho se pretende um *relato de viagem*, para usar um termo do próprio Certeau: uma narrativa de um leitor que caminhou pelas linhas escritas e, a partir de suas fissuras, apropriou-se de alguns sentidos potenciais da obra analisada.

Palavras-chave: Historiografia. Michel de Certeau. Heterologia.

OHARA, John Rodolfo Muñoz. **History as heterology**: the concept of history in Michel de Certeau. In 2013. 80f. Dissertation (Master in Social History) - University of Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

Since *L'écriture de l'histoire* was published in 1975, Michel de Certeau became a major figure in theoretical and methodological debates about history as practice. Specially his "*L'opération historiographique*" is an almost obligatory part of the reading list of theory and methodology courses in Brazilian undergraduate and graduate studies in History. With a relatively large bibliography of commentaries about his work being published after his death (1986), one may perceive the greatest – or one of the greatest – problem of our inability of labelling his thought: different readers have written different "Certeaus" in the last 26 years. Even though this work may not escape such destiny, its objective is very precise: what did Certeau mean when he refers to history as an heterology? In other words, what does it mean and what are the consequences of considering the knowledge about the past as a knowledge about the Other? After reading *L'écriture de l'histoire* (1975) and *Histoire et Psychanalyse entre science et fiction* (1986, reed. 2002), along with other of his books and essays, it is possible to affirm with a certain level of certitude that one of the ways of understanding such perspective is to perceive the tensions between science and fiction in historiography. Certeau situates history as a never-ending task by which the present tries to comprehend and make understandable an otherness it had expelled from its domains – the past or even present Others, such as working-class people, women, etc. This work is a *récit de voyage* (using Certeau's own terms): it is a *récit* of a walking through Certeau's work, searching for one of all possible senses of his thought.

Keywords: Historiography. Michel de Certeau. Heterology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
O HISTORIADOR COMO <i>PASSEUR</i>: CONSIDERAÇÕES SOBRE MICHEL DE CERTEAU E O OFÍCIO DO HISTORIADOR.....	18
“L'ABSENT DE L'HISTOIRE”: NOTAS SOBRE A CRÍTICA DE MICHEL DE CERTEAU AO FAZER HISTORIOGRÁFICO	33
MICHEL DE CERTEAU, A ESCRITA E A LEITURA DA HISTÓRIA: PARA ALÉM DO IMPASSE EPISTEMOLÓGICO.....	44
"PASSADO HISTÓRICO, PRESENTE HISTORIOGRÁFICO": CONSIDERAÇÕES SOBRE "HISTÓRIA E ESTRUTURA" DE MICHEL DE CERTEAU	58
REFERÊNCIAS	76

INTRODUÇÃO

“Nietzsche dizia que um pensador sempre atira uma flecha, como no vazio, e que um outro pensador a recolhe, para enviá-la numa outra direção.”
Gilles Deleuze¹

Michel de Certeau é um historiador *sui generis*: sua ligação com a Companhia de Jesus, seu diálogo com a psicanálise, sua formação ampla em teologia, filosofia e história, e até mesmo seu interesse na experiência mística cristã do período moderno são capazes de nos fazerem perceber a que ponto esse pensador era um homem deslocado e em constante deslocamento². “Deslocamento”, aliás, é um termo-chave para compreender a obra desse pensador: os intelectuais com os quais se relacionava, mais ou menos pessoalmente, gostavam de dizer que Certeau era um “passante”, à maneira do “homem comum” de Freud (HARTOG, 2011, p. 258; Cf. DOSSE, 2002), de quem carece de um *lieu propre*³. Sempre curioso e atento às fissuras do tecido social cotidiano, Certeau pode ser facilmente associado a tal figura, subvertendo o traçado urbanístico, produto de uma racionalidade técnica, com seus caminhos alternativos, suas tomadas de atalhos, seu uso imprevisto e inventivo daquilo que se impõe à sua frente. Se Foucault foi o grande cartógrafo do espaço moderno, com seu brilhante estudo do poder disciplinar, Certeau com certeza nos apresenta uma visão ainda mais microfísica (termo sempre associado a Foucault) de relações de poder que acontecem nas ranhuras e nos interstícios do Panopticon (HARTOG, 2011, p. 260).

Eis que a qualquer intérprete ou, antes e melhor, a qualquer *leitor* da obra de Certeau se impõe um desafio: como ser criticamente fiel a esse pensador que se recusou a estabelecer um *lieu propre* para si mesmo?⁴ Se hoje já não consideramos ser possível descobrir “as intenções do autor” quando se trata daqueles mais ortodoxos, mais presos à vontade de estabelecer uma interpretação unívoca de sua obra, o que dizer então daqueles cujo objetivo era justamente deslocar e *se* deslocar, jogar com a linguagem e colocar o problema

1 DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 151.

2 A referência principal para detalhes biográficos permanece a biografia escrita e publicada por François Dosse em 2002 na França. Trechos esparsos de comentários de Luce Giard, Robert Terdiman e outros também fornecem informações importantes. Todos os textos usados, citados explicitamente ou não, constam na bibliografia ao final do trabalho.

3 Embora, à primeira vista, a expressão tenha uma tradução óbvia (*lugar próprio*), devemos lembrar que *propre* pode assumir sentidos diferenciados no idioma francês, e seu uso em Certeau, ao meu entender, está particularmente ligado ao jogo de significação que a palavra impõe. Em francês, além de próprio, *propre* pode designar limpo ou legítimo.

4 Gostaria de lembrar aqui particularmente do belíssimo comentário de Richard Terdiman. TERDIMAN, Richard. The Response of the Other. *Diacritics*, Baltimore, v. 22, n. 2, p. 2-10, 1992.

justamente ali, onde já não cabe univocidade qualquer e o significado se vê subvertido? Parece-me, como disse o professor Durval Muniz de Albuquerque em seu curso sobre Certeau⁵, que esse tipo de pensador *recusa* a ideia de fidelidade, justamente por ver no *desvio* a força criadora da crítica. Neste sentido, recusar a fidelidade e *fazer com, pensar com* o autor parece ser o caminho mais profícuo.

Isso não significa dar a Certeau ou a este trabalho o estatuto de “pós-moderno” – seja lá o que se possa entender com essa designação. Tal estratégia parece ser ao mesmo tempo uma maneira de simplificar uma postura crítica da linguagem e de negar a riqueza da obra do autor⁶. Ao contrário, para ele, trata-se de um compromisso ético com a alteridade, esse Outro que só se apresenta ao historiador como a pegada de pés descalços na areia vistos por Robinson Crusoé. É dessa concepção heterológica (*hetero-logos*, o saber do Outro) da história que vem a grande importância do pensamento de Certeau: chamar a atenção para o procedimento de fabricação dessa alteridade que já não retorna mais, procedimento no qual o historiador coleta, classifica e desloca vestígios, transforma a todos em linguagem e, por fim, *produz* um texto que preenche todos os interstícios e todas as lacunas para construir e nos apresentar esse Outro. Trata-se, para ele, de uma evidente encenação, uma *mise en scène* de elementos que o historiador só pode imaginar, sem jamais poder tocar. Uma encenação poderosa, que faz funcionar toda uma sociedade com relação ao seu passado: uma encenação dominadora, que sepulta os mortos para organizar o lugar dos vivos.

Eis que tal é o desafio que tomo neste trabalho: caminhar por entre as linhas da obra de Certeau e apresentá-la, não de maneira definitiva, mas a partir das mesmas lacunas que ela pretendeu analisar. Essa postura implica no primeiro cuidado metodológico desta empreitada: não se trata aqui de dizer a verdade do texto de Certeau, oculta pelo dossel dos jogos de palavras. Ora, o texto já está escrito, e tudo que ele quer dizer está dito! Não existe um tesouro a ser recuperado em um beco escuro do discurso. Trata-se, antes, de um *relato de viagem*, de *usar* a obra de Certeau para pensar seu próprio estatuto; apresentar as impressões

5 Pode-se acusar o prof. Albuquerque Jr. de fazer uma leitura que aproxima demais Certeau e Foucault, e que as divergências entre ambos são elipsadas por sua retórica. Discordo veementemente dessa objeção, pois entendo que as aproximações entre Foucault e Certeau estão longe de serem irrelevantes. Muito pelo contrário, parece-me que ambos fazem parte de um cenário bastante particular da intelectualidade francesa do século XX. O curso está disponível na íntegra no YouTube. Meu último acesso foi no dia 22 de Outubro de 2012. O endereço da primeira parte é: <<http://www.youtube.com/watch?v=2SXmcTMcDnk>>.

6 O prof. Durval Muniz de Albuquerque Jr., em seu recente “O Historiador Naïf”, elabora uma crítica feroz do tipo de enfrentamento meramente adjetivante e desqualificador que se desenvolve na historiografia brasileira contemporânea. Wagner Geminiano dos Santos, também em artigo recente (2012), e Sérgio Campos Gonçalves, em resenha (2012) a recente livro de Jurandir Malerba, parecem indicar que esse tipo de enfrentamento polemista está mais presente do que alguns gostariam de admitir. Francisco Falcon também se refere à pobreza de debates e discussões intelectuais no Brasil, mas evita se aprofundar na questão (2011, p. 373).

de um caminhante, também leitor, que anotou e esboçou as paisagens pelas quais passava, ao invés de guardá-las mnemonicamente ou de ignorá-las como faz a multidão moderna em suas marchas não menos inventivas. Ao mesmo tempo, também não se trata de um relato descompromissado: ciente de que o lugar social impõe regras de validade ao texto para que ele se qualifique como pertencendo a tal ou qual especificidade, opto por jogar com tais critérios como o caminhante joga com os traçados da cidade, já previamente impostos.

Este trabalho é composto por quatro capítulos que se relacionam de maneiras diversas. Essa constituição bastante particular busca inspiração nos próprios livros de Certeau, em especial “A Escrita da História” e “A Invenção do Cotidiano”, e tenta levar adiante a preocupação com o caráter performático do texto historiográfico levantada por ele. Para ele, a *mise en scène* da historiografia busca criar um *lieu propre*, expressão que joga com os significados e pode designar “lugar próprio” e também “lugar limpo”, higienizando o espaço da narrativa, ocultando as lacunas das fontes e do próprio raciocínio do historiador, a fim de promover um *efeito de real*. Conforme discutirei ao longo dos capítulos, dialogando também com Michel Foucault e Paul Ricoeur, este trabalho leva a sério a advertência de Certeau de que a prática sem reflexão sobre si mesma está fadada ao “dogmatismo de “valores eternos” ou [à] apologia de um “intemporal”” (CERTEAU, 2008, p. 66). Leva a sério também a aversão de Certeau à especulação abstrata:

Uma reflexão sobre a história é pertinente quando a *prática* histórica torna-se o lugar de um questionamento; caso contrário, teríamos uma problemática do tipo ideológico, uma forma de *sonho desvinculado* das questões que, efetivamente, se formulam no decorrer de um *procedimento científico* na área de história (CERTEAU, 2011, p. 163, grifo meu).

Ao mesmo tempo, compreendo que o que se convencionou chamar “teoria” não se coloca como uma dimensão apartada da “prática”, como querem crer vários historiadores (REIS, 2011b); trata-se antes de uma etapa que o próprio Certeau aponta como indispensável ao trabalho historiográfico que se pretenda mais do que uma narrativa ideológica (CERTEAU, 2008, p. 76). Não que esteja resolvida a querela entre historiadores e filósofos, tão bem abordada por José Carlos Reis (2011a) – muito pelo contrário: diante do crescimento da reflexão “teórica” é comum ver reações pouco amistosas⁷. Mas a dimensão da

⁷ Gostaria de citar aqui particularmente o título de um livro de Ciro Flammarion Cardoso: “Um Historiador fala de Teoria e Metodologia”. Como se a prática da historiografia fosse alheia a questões teóricas ou metodológicas – o que seria um absurdo: toda prática historiográfica não só está fundamentada em pressupostos (que Certeau chega a chamar de “grade filosófica” (2011, p. 173)) como instrumentaliza

fabricação do texto historiográfico torna-se ponto de parada obrigatório àquele que já não crê na coincidência entre fontes, verdade ontológica do passado e narrativa histórica.

Há ainda outra questão, referente ao lugar social deste trabalho. O que Certeau chamou de “despertar epistemológico” de um “sonambulismo teórico” (CERTEAU, 2008, p. 66), ocorrido na segunda metade do século XX na França, de certa maneira ressoou junto do crescimento de outras iniciativas semelhantes e mais ou menos contemporâneas (como o crescimento da revista *History and Theory*, nos Estados Unidos, e o da recepção das obras de Reinhart Koselleck⁸ e Jörn Rüsen, alemães, no Brasil). Eis que por algum motivo o setor se compartimentou, mais ou menos arbitrariamente: de um lado, alguns pesquisadores se devotariam ao que chamam “epistemologia da história” ou “teoria da história” em sentido lato⁹, refletindo de maneira relativamente mais abstrata em torno de problemas como, entre outros, os levantados pelo *linguistic turn*; de outro lado, consolidou-se uma linha por debaixo de um rótulo já relativamente antigo e cuja definição fora pensada pouco seriamente até então – a história da historiografia¹⁰. Este segundo ramo tomaria um rumo diferente do primeiro por perseguir as questões teóricas a partir, grosso modo, de um inventário historiográfico da própria historiografia, ou seja, problematizar a historiografia contemporânea a partir da problematização da historiografia passada – em especial, mas não exclusivamente, a historiografia alemã do XIX. Compreendo, no entanto, que essa divisão, sempre velada, é desnecessária. Uma vez abandonada a ambição de se fazer a história erudita, a “história pela história”, não parece razoável dizer que as preocupações da “história da historiografia” não sejam as mesmas ou que pelo menos não compartilhem de um terreno comum com relação às preocupações da “teoria da história”. Se nos voltamos para a historiografia chamada (por vezes redutora e irrefletidamente) “tradicional”, “clássica”, não deveríamos ter como objetivo a erudição e a coleção dos gabinetes de curiosidade do período moderno, mas sim perseguir

conceitos e manipula documentos de acordo com técnicas específicas. Neste sentido, penso que a advertência de Certeau deve ser levada a sério: a prática irrefletida conduz ao dogmatismo e à cegueira ideológica.

- 8 Cf. especialmente KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. A *begriffsgeschichte* (história dos conceitos) operada por Koselleck tem se mostrado um campo fértil de análise na historiografia europeia (Cf. HARTOG, 2011, entre outros) e vem sendo bastante estudada e explorada pela história da historiografia e pela teoria da história no Brasil, conforme observado no encontro da SBTHH de 2011.
- 9 Por exemplo, o grupo de pesquisa “Epistemologias e Metodologias da História”, da UEL, ou o empreendimento de José D’Assunção Barros, a coleção “Teoria da História”. Ainda mais, pode-se indicar a importância das publicações dos professores José Carlos Reis, da UFMG, e Hélio Rebello Cardoso Jr, da Unesp/Assis.
- 10 Por exemplo, o grupo que fundou a “Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia”, a partir da UFOP. Este grupo parece ter diálogo bastante privilegiado e frutífero com a historiografia alemã e já tem vasta publicação sobre o historicismo alemão do século XIX. Destaco particularmente os professores Pedro Spinola Caldas, da Unirio, e Sérgio da Mata, da própria UFOP. Parece-me que o termo “história da historiografia” vem sendo desgastado por uma espécie de inchaço provocado pelo crescimento muito rápido do campo.

problemas, tal qual se compreende na história contemporaneamente. Se a história da historiografia pode, sim, servir a uma história de cunho mais social, entendemos que a postura majoritária do campo contemporâneo se dá mais alinhada à “história intelectual” ou aos questionamentos epistemológicos – o que, neste caso, borra as distinções entre “teoria” e “história” da historiografia¹¹.

Ora, este trabalho não aborda nem se baseia na divisão operada entre a teoria e a história da historiografia. Por entender que a preocupação do historiador (seja ou não um “epistemólogo”) deve ser a de problematizar e historicizar, este trabalho foi concebido como uma maneira de explorar problemas teóricos a partir de uma reflexão sobre uma obra determinada (e, portanto, histórica). Caminhando por entre reflexões mais abstratas sem abrir mão da fundamentação documental cara à história, este trabalho pretende, então, entender o conceito de história operado por Michel de Certeau a fim de responder a uma pergunta bastante precisa: do que fala Certeau quando fala de história como heterologia?

~

No primeiro capítulo, “O Historiador como *Passeur*”, buscarei refletir em torno de metáforas espaciais empregadas por Certeau em “A Escrita da História”, “A Cultura no Plural”, “História e Psicanálise” e “A Invenção do Cotidiano” a fim de rascunhar o que seria o “intelectual *passer*”¹², tal qual Certeau define Foucault. Mostrarei que o recurso à metáfora espacial para explicar a história em suas dimensões múltiplas não aparece apenas isoladamente, mas demonstra uma articulação entre vários textos, da qual podemos apreender um determinado conceito de história. Este conceito de história abre a possibilidade, então, de encarar o trabalho do historiador (e do intelectual, de maneira mais geral) como o trabalho do *passer*, que designa, no francês, algo como o contrabandista, responsável por *passar* mercadorias e pessoas por fronteiras sem se importar com interdições legais, institucionalizadas. Veremos aí a fundamentação para as abordagens plurais, heterodoxas, operadas por Certeau e por tantos outros historiadores, cada qual à sua maneira, e cada vez

11 Cabe também pensar na (falta de) necessidade de tais rótulos; em outras palavras, pensar as tensões propriamente políticas do campo acadêmico ligadas a tais nomeações, mais do que problemas propriamente da ordem do conhecimento.

12 Vale lembrar que o termo *passer* não coincide com o termo *passante* utilizado anteriormente. Embora se tratem de duas metáforas poderosas para refletir o estatuto do intelectual, o *passer* é uma espécie de contrabandista, responsável por transpor limites impostos por uma autoridade carregando coisas ou pessoas. Na tradução brasileira de História e Psicanálise o termo foi traduzido por “passador”, mas tal tradução não apresenta no português a mesma carga semântica. Por isso, opto por usar *passer* no original francês.

mais frequentes após, principalmente, a “virada cultural” na historiografia da segunda metade do século XX.

O segundo capítulo, “Notas sobre “*L’absent de l’Histoire*””, traz uma análise mais minuciosa do texto “*L’absent de l’Histoire*” (na versão publicada com a edição de 2002 de *Histoire et Psychanalyse*) a fim de estudar a metáfora da alteridade do passado tal qual trabalhada nesse momento. No texto, Certeau explora a ideia de que o passado é o Outro ausente da narrativa, elaborando um paralelo com Robinson Crusoé, quando este encontra pedras na areia da praia. A publicação original desse texto, em 1973, sugere que essa abordagem (que flerta com o freudismo de Lacan) traz *insights* importantes para o texto seminal de Certeau na teoria da história, *L’écriture de l’Histoire*, publicado em 1975. Sem ter por objetivo construir uma linha cronológica e simplesmente causal, a análise empregada aqui parte da e testa a hipótese de que “*L’absent de l’Histoire*” apresenta os fundamentos da ideia de uma história heterológica tal qual compreendida por Certeau, e que explorar esse texto ajuda na leitura de suas outras reflexões sobre a prática historiadora.

Em seguida, em “Michel de Certeau, a escrita e a leitura da história”, exploraremos uma articulação entre Certeau e Paul Ricoeur a fim de inventariar as tensões presentes nas duas pontas da narrativa historiográfica: sua produção, escritura, e sua recepção, leitura. Para Ricoeur, é somente na leitura da narrativa que se estabelece um acordo tácito entre autor e leitor segundo o qual aquilo de que se fala é o passado real¹³. Em “*L’écriture de l’Histoire*”, Certeau sugere que todo um aparato textual construído na redação da narrativa se encarrega de ocultar as marcas do homem sobre o material que ele trabalha a fim de criar um *efeito de real*. Situar tal articulação como uma oposição simples, entre leitura e escritura, pode parecer tentador, mas tal redução se esqueceria de que em “*L’invention du quotidien*” Certeau fala da leitura como uma atividade criadora. Eis que a partir desse contato entre Certeau e Ricoeur, recuperaremos a questão da metáfora espacial para vermos que para Certeau também a leitura tem importância fundamental na construção do efeito de real. Essa tensão apontará, em meu entendimento, para a resolução ética dos problemas epistemológicos levantados: mesmo à revelia dos debates epistemológicos, a história *funciona* socialmente. Neste sentido, falo de resolução ética para indicar que para além do enfrentamento epistemológico interminável entre “objetivismo” e “subjetivismo”, existe uma dimensão ética da “função história” que tem sido recalcada e que é preciso retomar.

13 Ricoeur certamente se refere ao referencialismo e à questão documental como elementos particulares da historiografia como discurso de verdade, mas entendo que sua leitura leva a entender que, se é na leitura que se produz o sentido pleno do texto, é na leitura que essa referencialidade do real é (ou não) levada em consideração pelo leitor para interpretar o texto.

Por fim, em “Passado histórico, presente historiográfico: considerações sobre *“Histoire et Structure”* de Michel de Certeau”, farei novamente uma análise mais detida sobre um texto específico da coletânea *“Histoire et Psychanalyse”* – desta vez, o capítulo *“Histoire et Structure”*. Parece-me que este texto é capaz de situar bem a perspectiva de Certeau no debate historiográfico de seu tempo, particularmente em relação a duas “referências” do período: o estruturalismo e a psicanálise. Mais uma vez atento à questão da diferença e da alteridade, Certeau constrói seu texto apontando para o choque entre estruturas presentes e passadas, que produz a historiografia. Neste sentido, mostrarei ao longo de meu texto que a ideia aparentemente rudimentar de Certeau em relação ao “confronto das estruturas do presente com as estruturas do passado” traz consequências importantes para sua concepção heterológica de história. Trata-se, por fim, de mostrar em certa medida os motivos pelos quais penso que Certeau é um autor mais lido e referenciado do que entendido¹⁴.

~

A obra de Certeau é muito mais vasta e fértil a interpretações; meu objetivo aqui é aproveitar ao menos em parte essa riqueza para pensar a prática historiadora. Ao mesmo tempo, este texto não se trata de um *comentário* no sentido atribuído por Foucault ao criticar aqueles que buscam “[...] dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*” (FOUCAULT, 1996, p. 25, grifos do autor)¹⁵. Como na metáfora de Nietzsche evocada por Deleuze, eu gostaria de pegar a flecha disparada por Certeau e dispará-la novamente, ciente da assimetria óbvia entre nossas habilidades e perícias¹⁶. Conforme disse, trato neste trabalho de abordar um problema presente e tento encontrar uma saída – não mais a saída redentora, mas *uma* saída possível entre outras, não por isso menos rigorosamente elaborada. Meu problema, conforme já coloquei, é referente às condições e implicações de se considerar a história como um saber heterológico.

14 Sob o risco de parecer pedante, defendo-me dizendo que certamente sei que minha interpretação de Certeau não é melhor que qualquer outra, tampouco imagino que seja a única possível e legítima. No entanto me parece perigoso o uso meramente teatral de Certeau, no sentido pejorativo, de citar seus textos com fins de “legitimação” e, a seguir, elaborar uma prática que pouco dialoga com aquilo que Certeau propôs. É contra esse tipo de uso – talvez mais enraizado que gostaríamos de admitir – que este trabalho fala.

15 A continuação deste trecho é bastante significativa para tal crítica: “Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito.” (FOUCAULT, 1996, p. 25)

16 Parafraseio aqui a expressão usada pelo prof. Hélio Rebello Cardoso Jr. na introdução de seu livro recente (2011); é essa introdução que chamou minha atenção novamente para o texto nas “Conversações” de Deleuze na qual aparece a metáfora do lançador. Cf. CARDOSO JR., Hélio Rebello. *Pragmática menor em Gilles Deleuze*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

O próprio termo “heterologia” suscita certos problemas: a alteridade não é um tema inédito na filosofia ou na historiografia. O termo aparece esparsamente em “A Escrita da História” (p. 15 e 102), e é retomado em outros textos, como nos artigos reunidos em “História e Psicanálise” ou na coletânea-irmã “Heterologies: discourse on the Other”, publicada apenas nos Estados Unidos. O conceito designa uma modalidade de saber que se apoiaria sobre o Outro, uma modalidade que Certeau associa à etnografia e à história. Neste sentido, para Certeau, os saberes heterológicos do ocidente moderno e contemporâneo se constituem como saberes colonialistas: trata-se de ocupar o espaço do Outro e reduzi-lo à Mesmidade, de absorver, neutralizar e colonizar a alteridade que se apresenta¹⁷. A busca interminada e interminável de Certeau constituirá, do meu ponto de vista, a busca por uma maneira de elaborar esses saberes heterológicos renunciando às ambições colonialistas.

Conforme espero ter demonstrado ao longo dos quatro capítulos, parece-me que se tal busca não encontrou seu fim e talvez jamais o encontre, por outro lado ela permite que permaneçamos atentos à ambição conquistadora do poder-saber. Essa atenção é crucial para entender o estatuto da verdade em história, as relações de força em torno da historiografia e para percebermos o quanto ainda somos etnocêntricos, o quanto ainda vemos nossa organização social, racional, etc, como a organização necessária a impor ao resto do mundo. Tal conclusão pode ser desanimadora, mas pode também dar forças às perspectivas mais recentes que buscam pensar maneiras de saber que se estabeleçam sobre bases mais dialógicas, mais respeitosas da alteridade. Do historiador como *passer*, alguém que é capaz de subverter a ordem e atuar em sua reconfiguração, de acordo com Certeau, à lembrança constante de que se o passado é estruturado, o presente também o é, tento mostrar que a obra desse historiador francês, jesuíta e polímata, está longe de se esgotar.

Que o leitor aproveite esse *caminhar* por entre as palavras de Certeau, recortadas e deslocadas para cá, e as minhas, e que dessa *caminhada*, nada parecida com o flunar do *flâneur* de Baudelaire, despontem respostas aos problemas que este texto busca endereçar e surjam, como espera este autor, novas dúvidas, na eterna tensão que vive aquele que se dedica a refletir sobre seu ofício e encontra, a cada resposta, novos problemas.

17 De maneiras bastante distintas da de Certeau, pode-se dizer que Lévinas e Derrida seguem caminho semelhante em suas críticas do espírito egológico do saber ocidental. Para Lévinas, por exemplo, o encontro com o Outro impõe uma responsabilidade ética da qual o Mesmo não pode escapar sem violar a relação dialógica. Embora o diálogo entre Certeau e Lévinas seja muito pequeno, parece-me importante lembrar deste grande filósofo francês que também pensou a complexidade da relação com o Outro.

O HISTORIADOR COMO *PASSEUR*: CONSIDERAÇÕES SOBRE MICHEL DE CERTEAU E O OFÍCIO DO HISTORIADOR¹

No idioma francês, o *passieur* é uma espécie de contrabandista: desconsidera e desafia as fronteiras e limites estabelecidos, *passando* pessoas e mercadorias subrepticiamente e subvertendo as *possibilidades de estar*. Na contramão da ordem, o *passieur* se mostra como um extremo das *artes de fazer*: frente às imposições objetivas colocadas em seu caminho, ele cria atalhos, desloca certezas e subverte o *status quo*. Para Michel de Certeau, a figura do *passieur* é, por essas características, uma metáfora muito profícua para o trabalho do intelectual:

[...] A identidade prende o ato de pensar. Ela é tributária de uma ordem. Pensar, ao contrário, é passar; é interrogar essa ordem, surpreender-se com a sua existência, perguntar-se pelo que a tornou possível, procurar, percorrendo sua paisagem, os rastros dos movimentos que a formaram, e descobrir em tais histórias supostamente mortas “como e até onde seria possível pensar diferentemente [*penser autrement*]” [...] (CERTEAU, 2002, p.138)²

A passagem do *passieur* se constituiria, então, como um gesto em direção ao limite: ao limite do presente, ao limite do pensável. Ao intelectual caberia renunciar à certeza, “surpreender-se” com aquilo que constitui seu objeto – essa alteridade irreduzível que a vontade de saber nunca cessa de buscar compreender. Mas tudo isso só faz sentido à luz do fim do caminho: *penser autrement*. Que significa isso? Traduzir a expressão por “pensar diferentemente” parece redutor demais: não se trata apenas de pensar diferentemente, mas de pensar “outramente”. Essa expressão convoca a uma sensibilidade em relação ao Outro que não pode ser reduzida ao conjunto de métodos e procedimentos de análise; trata-se de uma abertura dialógica incondicional com relação ao Outro.

Ao mesmo tempo, o próprio Certeau costuma ser caracterizado por seus comentadores como um *passante*: carecendo de um *lieu propre*, o passante só pode jogar com aquilo que lhe é imposto objetivamente. O passante só pode *inventar*, no sentido de reorganizar elementos anteriores dispostos de outra maneira; o passante inventa o *sentido*. Foi dessa maneira que Certeau jogou ao tomar por objeto de sua reflexão a própria historiografia

1 Versões preliminares deste texto foram apresentadas em forma de comunicação e de artigo ao longo do período do mestrado.

2 Para as citações de “Histoire et Psychanalyse” utilizarei a edição francesa de 2002 pela Gallimard; para as demais obras, serão utilizadas as edições brasileiras, se disponíveis. As traduções de todas as citações em francês ou inglês são livres.

(CERTEAU, 2008, p. 65-66); tal deslocamento marcou profundamente a historiografia francesa de seu tempo³, que passava pelo que ele chamou de “despertar epistemológico” (CERTEAU, 2008, p. 66). Foi assim também quando se debruçou sobre as práticas cotidianas, como o simples caminhar (CERTEAU, 1994, p. 170-172); ou o “imaginário da cidade” (CERTEAU, 1995, p. p. 41-42). Sempre *deslocando* e *se deslocando*, Certeau foi capaz de problematizar o que seriam os becos escuros da linguagem, da cultura e da historiografia.

Convém, então, tentar entender essa linguagem metafórica do *passeur* e do passante articulada à proposta e à crítica mais amplas de Certeau à historiografia. Neste ensaio, percorro a trilha de “A Escrita da História” (2008 [1975]) em articulação com “*Histoire et psychanalyse*” (2002 [1986]), “A Invenção do Cotidiano” (1994 [1980]) e “A Cultura no Plural” (1995 [1974]) para explorar o que me parece bastante significativo na obra de Certeau, a saber, a metaforização da prática do conhecimento sob a forma de práticas espaciais (no sentido de práticas relativas a um espaço) – e do intelectual como aquele que *passa* por tal espaço para questionar, renunciando à ambição totalizante. O que pode parecer hoje como um lugar-comum, outrora foi um grande problema⁴; pode-se dizer que em certa medida é justamente a coragem de Certeau em enfrentar os lugares comuns da historiografia de seu tempo que o permitiu elaborar uma crítica tão minuciosa à prática historiográfica, por tanto tempo tomada como evidente e dada.

É central em “A Invenção do Cotidiano” (1994) a análise que Certeau faz sobre as práticas de espaço. Ao trabalhar a tensão entre a ordem urbanística e sua apropriação, seu uso pelo *passante*, percebe-se efetivamente a complexidade das relações de poder tais quais compreendidas por Michel Foucault – poderes microfísicos, capilares, atravessando o tecido social e produzindo não dominações e repressões absolutas, mas relações multidimensionais, muito mais complexas do que a vulgata da “ideologia” (FOUCAULT, 1979, p 7; CASTRO, 2009, p. 223-224). Problema que atravessa o pensamento de ambos, o espaço e sua instrumentalização são explorados por cada um de uma maneira diferente: para Foucault, interessam as práticas panópticas e os dispositivos responsáveis pela vigilância e normatização/normalização dos corpos⁵; para Certeau, o foco muda para as práticas de

3 A profusão de textos comentando sua obra serve de evidência. Cf. FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011; HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011; DOSSE, François. *Michel de Certeau, le marcheur blessé*. Paris: La Découverte, 2002; CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009; idem. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002; REVEL, Jacques. *História e Historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

4 Parece-me, no entanto, que essa ideia desestabilizadora foi domesticada, civilizada – e, neste sentido, Michel de Certeau seria mais lido e referenciado do que entendido e levado a sério.

5 Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 35ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

subversão de tais instrumentos. Este, aliás, situa seus estudos sobre o cotidiano justamente em relação a “Vigiar e Punir”:

Esse caminho poderia inscrever-se como uma seqüência, mas também como a recíproca da análise que Michel Foucault fez das estruturas do poder [disciplinar]. [...] Eu gostaria de acompanhar alguns dos procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade. (CERTEAU, 1994, p. 175)

Ora, vê-se aqui a atenção para essa capilaridade das relações sociais – “[...] ao rés do chão, com passos. [...]” (ibid., p. 176) – e para a capacidade subversiva de um tipo de resistência antes desconsiderada. É muito importante para a abordagem do espaço em Certeau a questão do “rés do chão”. Porque “[...] se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades [...] e proibições, [...] o caminhante atualiza algumas delas [...]” (ibid., p. 177-178). Ele caminha por frestas nas quais não era esperado, atravessa as ruas em pontos impróprios, faz desvios, toma atalhos... Ao se apropriar e “torcer” a ordem, o passante “[...] as desloca e inventa outras [...]” (ibid., p. 178) à revelia do vigilante na torre panóptica: se se pode dizer que relação de poder é necessariamente assimétrica, ainda assim o poder criativo se exerce. A vitória aqui não jaz na instituição de uma capacidade ilimitada da resistência, mas sim na ruptura com um modelo de poder que se tinha como absoluto. Desde Foucault e Certeau, já não se pode pensar a política e as relações de poder como antes.

Essa relação entre a abordagem de Foucault e a de Certeau levanta algumas questões, especialmente com os *Cultural Studies* estadunidenses. A obra de ambos os pensadores foi amplamente traduzida para o idioma inglês, e alguns autores nos permitem acessar a forma como o diálogo Foucault-Certeau foi compreendido por lá. Da maneira como Bryan Reynolds (1999, p. 66) coloca, pode parecer que a reflexão foucauldiana sobre o poder disciplinar se distancia da análise certeuniana quanto à inventividade do cotidiano; parece-me, no entanto, uma leitura bastante superficial e limitada – uma *des-leitura* –, se se considera a maneira como o próprio Certeau situa explicitamente seu próprio projeto em relação ao do colega. Quando Reynolds (1999, p. 77) fala de uma análise crítica do trabalho de Foucault, entendo que faz uma leitura bastante enviesada da obra de Certeau, ou ao menos baseada em uma lógica de exclusão, na qual perceber a atuação da disciplina impossibilita pensar a inventividade – ou vice-versa – ideia esta rejeitada e amplamente criticada pelos dois pensadores franceses: para um, a existência do poder disciplinar pressupõe também a

existência de uma reação a ele, sob a forma de desvios, resistências ou mesmo de sua aceitação (Cf. FOUCAULT, 1979, p. 225-226)⁶; para outro, a inventividade, as artes de fazer, só são possíveis porque existe um corpo estranho a ser tratado – um limite imposto, uma interdição, aos quais se responde com a apropriação (Cf. CERTEAU, 1994, p. 41-42, 45-48).

Eis que a grande contribuição de Certeau não é evidenciar a impossibilidade de identificar a ordem e as intenções com o uso que se faz delas; mais que isso, perceber que, mesmo sendo assimétrica, a relação de forças ainda assim é tensionada abre novas possibilidades e novos campos para pensar a história social⁷ em sua dimensão cotidiana, como vem atestando a historiografia contemporânea. Nesse sentido convém apontar a composição do próprio título da obra de Certeau: a *Invenção* do Cotidiano.

Se, por um lado, pode-se pensar na construção (invenção) de um conceito, “cotidiano”, que busca dar conta de uma dimensão que não se dá a conhecer a não ser por vestígios muitas vezes ignorados, por outro, pode-se entender o título também como uma representação da e uma ênfase na capacidade inventiva do indivíduo em sua *experiência cotidiana* – “a invenção própria do cotidiano”, o terreno por excelência do passante e do *passeur*. É este segundo modo de ler que fornece, então, a ponte para esboçar a metáfora espacial de que se vale Certeau para se referir ao potencial questionador do intelectual. Explicitar tal perspectiva pode parecer um ato repetitivo em nossos dias para alguns, mas tem o mérito de retomar o que seria a força plástica do conhecimento: dar forma, dobrar e torcer os limites do pensamento.

Operação Historiográfica: recortar e deslocar vestígios

Quando Certeau explicita e historiciza as práticas do historiador como operações realizadas a partir de um lugar e em relação a pressupostos social e temporalmente localizáveis sobre materiais dados e socialmente caracterizados como “vestígios do passado”, pode-se dizer que a pretensão totalizante e autoritária do saber capaz de compreender

6 Especialmente: “É preciso analisar o conjunto das resistências ao panopticon em termos *de tática e de estratégia*, vendo que cada ofensiva serve de ponto de apoio a uma contra-ofensiva. A análise dos mecanismos de poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor. Trata-se ao contrário de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataques de uns e de outros.” Grifo meu: perceba que a relação tática-estratégia é parte importante na compreensão das astúcias do cotidiano segundo Certeau.

7 Pensando o termo não em relação a um campo historiográfico, mas sim como “história de toda uma sociedade” em contraposição a uma história sectária e elitista (ou seu inverso, uma história sectária dos “vencidos” e “oprimidos”).

(*comprender*) o passado se vê em xeque. Trata-se de perceber a arbitrariedade de qualquer categoria referencial do historiador:

[...] O lugar “central” dado a uma categoria de signos fundamenta a possibilidade de classificar os outros como “atrasos” ou “resistências” e fornecer a base – parcial – de uma “coerência”, de uma “mentalidade” ou de um sistema ao qual todo o conjunto está referido. [...] Qualquer que seja, a referência a uma “coerência” capaz de envolver a totalidade dos dados de uma época ou de um país, esta se choca com a resistência dos materiais. [...] (CERTEAU, 2008, p. 126)

Assim, considerar as categorias estabelecidas “de cá”, no presente historiográfico, pelo historiador, como instâncias “de lá”, do “passado histórico”, pertencentes ao “que passou”, constituiria uma forma de violência a esse Outro ausente que é o passado. Violento porque exterior e imposto, esse saber pré-estabelecido se vê desafiado pelas fontes, que lhe fogem insistentemente. Certeau entende tal modalidade de compreensão do passado como uma característica presente já na etnologia dos viajantes da modernidade, e parte do universo cognitivo da história⁸: “[...] a imagem do dissemelhante é, ou um desvio com relação ao que se vê “de cá”, ou principalmente a combinação de formas ocidentais que teriam sido cortadas e cujos fragmentos estariam associados de maneira insólita. [...]” (CERTEAU, 2008, p. 220) Nestes termos, o historiador precisaria se munir de ferramentas *outras*, atentar para as especificidades de um tempo *outro* e que, portanto, não comungaria necessariamente das categorias presentes. Mais do que isso, trata-se de outro tempo cuja complexidade excede as capacidades linguística e cognitiva da história que se pretende totalizante: a alteridade se coloca de maneira aparentemente intransponível se não se estabelece um terreno comum no qual o Mesmo e o Outro possam se reconhecer⁹. Para Certeau, trata-se de construir um enfrentamento entre os conceitos e o material passado a fim de mostrar a insuficiência categórica da estrutura de saber que deseja capturar a alteridade do passado. Afinal, o passado não é dado, mas construído; a alteridade que assombra o historiador vai então fazer parte de um processo dinâmico a partir do qual ela só adquire significado para o presente se confrontada com um aparato conceitual, mas, a seguir, deixa clara a impossibilidade de captar

8 “O relato de Léry esboça, por todos os meios, a ciência desta fábula: esta será essencialmente a etnologia, ou o modo de sua intervenção na história.” (CERTEAU, 2008, p. 236)

9 O problema do reconhecimento tem tomado a atenção de muitos pensadores e pesquisadores contemporâneos. A obra de Paul Ricoeur, por exemplo, mas não apenas a dele, pode ser trabalhada nesse sentido. Cf. MARCOS, Maria Lucília. Identidade Narrativa e Ética do Reconhecimento. *Études Ricoeuriennes*. Pittsburgh, v. 2, n. 2, p. 63-64, 2011; MARCELO, Gonçalo. Paul Ricoeur and the Utopia of Mutual Recognition. *Études Ricoeuriennes*. Pittsburgh, v. 2, n. 1, p. 110-133, 2011; DAVIS, Natalie Zemon. Decentering History: local stories and cultural crossings in a global world. *History and Theory*. Middletown, v. 50, n. 2, p. 188-202, 2011. Além destes, Jörn Rüsen tem trabalhado em temas que envolvem etnocentrismo e escrita da história.

seu sentido e seu significado através de tais instrumentos pré-concebidos. Mas como proceder se o Outro se foi e só deixou para trás suas pegadas? Bastaria ao historiador expor claramente ao leitor seus constrangimentos e limitações práticos como parece sugerir Certeau?

Nesse sentido ele ainda articula à crítica epistemológica a crítica social da historiografia, embora tal distinção e tal articulação se deem apenas a nível explicativo, operando de maneira conjunta, “estruturada e estruturante”, uma da outra. Entra em jogo aqui o problema do lugar social do historiador, toda uma série de fatores e vetores de força que impõem as regras da pesquisa e da redação da historiografia:

[...] Tal é a dupla função do lugar. Ele torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com qualquer coisa. É igualmente sobre esta combinação que age o trabalho destinado a modificá-la. (CERTEAU, 2008, p. 77, grifo do autor)

Assim, ao criticar a *Introduction à la philosophie de l’histoire* de Raymond Aron (CERTEAU, 2008, p. 67-69)¹⁰ por conceituar a historiografia como uma entidade desencarnada, Certeau aponta para a prática do fazer historiográfico. É somente a partir de um lugar (*lieu*) que o historiador é capaz de situar-se entre os temas, os métodos e as produções permitidas, e sua produção torna-se parte dessa constelação referencial. Ao mesmo tempo, é o lugar que fornece as referências também para o estabelecimento de sentido do próprio passado: trata-se sempre de um problema presente a ser caçado nos vestígios. É no nível do lugar que se estabelecem critérios intersubjetivos que permitirão aos pares avaliar obras que se pretendem historiográficas; é, portanto, a partir de uma economia de capital simbólico (Cf. BOURDIEU, 2000, 2007 e 2011) que se estabelecerão hierarquias entre temas, métodos e centros de pesquisa.

Lembro aqui do conceito de crível (*croyable*), muito importante na obra de Certeau, que articulado à sua concepção de autoridade¹¹ fornece boas ferramentas para compreender a constituição e a reprodução do lugar social. Para ele,

10 Para mais sobre a crítica de Certeau a Aron, cf. CARRARD, Philippe. History as a Kind of Writing: Michel de Certeau and the Poetics of Historiography. *The South Atlantic Quarterly*. Durham, v. 100, n. 2, p. 466, 2001.

11 “Toda autoridade repousa sobre uma adesão. Proudhon até mesmo diz que ela constitui “questão de fé” e que se fundamenta numa “crença”. Somente um acordo espiritual, enfim, confere legitimidade ao exercício de um poder [...]” (CERTEAU, 2003, p. 37)

no sentido mais amplo do termo, as autoridades exprimem uma realidade de difícil determinação, embora necessária: o ar que torna uma sociedade respirável. Elas permitem uma comunicação e uma criatividade sociais, pois fornecem a uma *referências* comuns e à outra vias *possíveis*. [...] (CERTEAU, 2003, p. 23, grifos do autor)

Ora, eis que o terreno comum com a alteridade, a partir do qual pode funcionar a lógica hermenêutica do reconhecimento preconizada por Paul Ricoeur, pode ser considerado sempre como fruto estruturado pela autoridade do lugar social do historiador. Nesse sentido, se a autoridade se coloca como estruturada e estruturante¹² em relação a uma prática, pode-se entender o “trabalho destinado a modificar” as práticas citado por Certeau – que aproxima da figura do *porteur* – como a própria crítica de tal trabalho, na busca por uma historiografia cujas ambições, conscientes de suas limitações, sejam menos presas a uma concepção de saber duro, absoluto. Ainda mais, uma historiografia cujo uso da linguagem seja menos parte de um universo cognitivo partilhado por saberes como a etnologia de Lévy; renunciar à colonização e conversão do Outro ausente (o passado) às nossas categorias, abrir-se para compreender a dinâmica e as dimensões próprias desse Outro tal qual se nos aparece – através de vestígios, as fontes. Trata-se aqui de problematizar o aspecto representativo da narrativa histórica, intimamente ligado às possibilidades colocadas pelo lugar, em relação à fuga do Outro. Assim, convém se perguntar sobre a possibilidade de satisfazer tais critérios: para Certeau, parece que a fuga da alteridade é irremediável, e, neste sentido, uma historiografia capaz de renunciar à colonização do Outro seria impossível. Seria necessário, portanto, reconhecer a dimensão violenta e fabricada do relato historiográfico.

Se se entende, então, o lugar em sua aceção espacial, dizer que se trata de uma estrutura estruturável e estruturante significa dizer que o *porteur* tem a capacidade de mudar a paisagem através de sua prática estruturada, reconfigurando sua estrutura dinamicamente. Tal esforço significaria um possível avanço na direção de uma narrativa capaz, não de capturar o Outro, mas de se reconhecer como provisória sem abrir mão de sua função de produtora de conhecimento.

Ainda quanto ao lugar (*lieu*), Certeau aponta para os esforços no sentido de apagar os vestígios da *prática* historiográfica em sua expressão textual. Eliminando do texto os vestígios da manipulação do pesquisador, elabora-se uma narrativa incapaz de se denunciar como fabricação – e, portanto, adequada a um tipo de busca pela “verdade objetiva”, mas totalmente inadequada ao reconhecimento da presença subjetiva do historiador em seu

12 Tomo aqui a liberdade de dialogar com os termos comumente associados à reflexão de Pierre Bourdieu. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EdUSP, 2007.

trabalho. Como bem lembra Phillipe Carrard (2001, p. 470-471), o sinal mais evidente dessa operação de ocultar o trabalho do historiador se constitui no uso do pronome “nós” (*nous*).

[...] O historiador político René Remond, ao defender sua opinião em um ensaio biográfico, defendeu o *nós* como benéfico pedagogicamente (ligando leitores e pesquisadores), psicologicamente (preservando uma modéstia acadêmica), e epistemologicamente (mostrando o esforço que outros membros da comunidade disciplinar poderiam ter conduzido). A primeira pessoa do plural, ele argumentou, implica um “ato de fé na universalidade da verdade histórica”, bem como a “convicção na capacidade de atingir uma certa objetividade.” [...] (CARRARD, 2001, p. 471, grifo do autor)

Eis que a *convenção*, como chama Certeau, carrega em si mais do que uma escolha pronominal inocente. A escolha do pronome a guiar o texto (ou até a escolha por orações de sujeito indefinido, como também é comum em língua portuguesa) traz consigo o peso de um modelo epistemológico particular: “[...] No texto ele é a encenação de um contrato social “entre nós”. [...]” (CERTEAU, 2008, p. 71) Tal encenação materializaria duplamente tal contrato: um contrato entre “nós, pesquisadores”, trazidos ao discurso também pelas citações, e outro contrato “entre mim e você, leitor”. Em primeiro lugar, o “nós corporativo” que estabelece uma delimitação clara entre aquele que sabe e aquele que não sabe. Em seguida, o “nós situacional” que engolfa o leitor e o faz compactuar com a tese exposta. Lembro, então, do que Paul Ricoeur chama de “pacto tácito de leitura” (*pacte tacite de lecture*) (RICOEUR, 2000, p. 731-747), estabelecido entre leitor e texto (seja mais ou menos por causa do “nós” e dos outros componentes da *mise en scène* historiográfica), que constitui possivelmente o lugar onde se estabelece o que Certeau chama de *efeito de real*¹³. Assim, a *escrita como prática* do historiador se torna problema a ser digerido, e não instância dada do trabalho historiográfico: organizam-se, portanto, as três categorias do que Certeau chamou de “operação historiográfica”.

Ora, se a “objetividade” e a “universalidade” de René Remond já não encontram endosso na historiografia, se a tese de Raymond Aron sobre a história já não é capaz de expressar o caráter prático da historiografia, Certeau propõe uma saída cujo foco difere da história-problema dos *Annales* (CARRARD, 2001, p. 468-469). Ao focar o aspecto da narrativa como parte integrante da operação historiográfica, ele dedica atenção especial ao léxico: “[...] a enunciação (“escolha de palavras”) não é um toque final ao texto (nem mesmo

13 Trabalharei esse problema em outro capítulo nesta dissertação: “Michel de Certeau, a escrita e a leitura da história: para além do impasse epistemológico”.

a um texto “científico”) mas uma parte integral de sua própria fabricação. [...]” (CARRARD, 2001, p. 476) Eis que se a construção da narrativa busca criar um sentido específico ao passado de que fala, ela só pode fazê-lo guiada por uma vontade que, uma vez resgatada e deslocada, recusa-se a se limitar aos intentos do historiador. Conforme vemos em “*La Possession de Loudun*”, a profusão de fontes não torna a narrativa mais fidedigna, mais real, mas, ao contrário, parece borrar ainda mais seu sentido¹⁴; é necessário precisar, no entanto, que a crítica de Certeau não visa construir um “espectro de fidelidade”, no qual certas narrativas seriam mais ou menos confiáveis ou fiéis ao passado. Ao contrário, o que Certeau indica é que a própria ideia de uma narrativa fiel é impossível, uma vez que apoiada em instrumentos arbitrários do poder-saber. O passado é o ausente da narrativa, e neste sentido esta não pode ser mais ou menos real – o que de maneira alguma significa permitir “qualquer coisa”: basta lembrar que os critérios avaliativos das narrativas são dados pelo lugar social do qual o historiador fala. Ao mesmo tempo, o esforço da narrativa plural de Certeau, em detrimento de uma narrativa singular, abre possibilidades de análise até então impensadas por uma historiografia dura e meramente factual, ou mesmo a historiografia das mentalidades ou a história serial: nestas, o objetivo é buscar os padrões e as séries; a mentalidade, neste sentido, é aquilo de que comungam todos os homens de um dado grupo em um dado período. Certeau busca, ao contrário, aqueles que escapam (mais ou menos) a essas grandes unidades de coerência. Importa, para ele, perceber que a vida cotidiana, a vida efetiva, não se dá à análise fria das séries. As narrativas plurais miram aquilo que a série não explica: a singularidade, a vida não-mensurável do cotidiano, o tecido fino das relações sociais “ao rés do chão”.¹⁵

Cria-se uma tensão, portanto, na relação do historiador com o texto que produz: não só ao *separar, selecionar* as fontes, mas no próprio *escrever* há seu trabalho. Se a linguagem fundamenta desta maneira o ofício do historiador, o que temos é menos uma resposta do que uma advertência com relação às limitações do *uso* da língua pelo historiador. Quando escreve, o historiador constrói referências. Nesse momento, cria-se tensão também na relação do texto com o leitor: “[...] por mais que os escritores trabalhem para guiar seus leitores, não há respostas obrigatórias aos movimentos discursivos feitos.” (CARRARD, 2001, p. 476) Se a leitura é também uma atividade criativa, como coloca o próprio Certeau (1994, p. 49), o texto historiográfico não escaparia das astúcias do leitor; se o *efeito de real* é produto

14 Wim Weymans trabalha essa situação de maneira bastante perspicaz. Cf. WEYMANS, Wim. Michel de Certeau and the limits of historical representation. *History and Theory*. Middletown, v. 43, n. 2, p. 161-178, 2004.

15 Paul Ricoeur dedica ao jogo entre escalas macro e micro um belíssimo capítulo em “A Memória, a História, o Esquecimento”.

de uma disposição motivada pela certificação social do historiador, de sua legitimidade em falar do passado, por outro lado as apropriações (sejam estéticas, éticas ou políticas) por vezes encontrarão sentidos até mesmo opostos ao do autor. Por fim, coloca-se em tensão ainda o texto consigo mesmo: se as citações são as marcas de onde o texto historiográfico extrai sua credibilidade, há de se considerar que a *palavra do Outro* nunca se dá por inteira, não se oferece, e se está ali é porque já foi tomada, recortada, selecionada anteriormente.

[...] Pelas “citações” pelas referências, pelas notas e por todo o aparelho de remetimentos permanentes a uma linguagem primeira (que Michelet chamou “crônica”), ele se estabelece como saber do outro. [...] Assim, a linguagem citada tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade. Sob este aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade. (CERTEAU, 2008, p. 101, grifo do autor)

Assim, é se posicionando criticamente diante de uma historiografia construída sobre o mote “*Moi, le passé, je parle*”¹⁶ que Certeau busca – sem explicitar *como* – uma historiografia capaz de refletir sobre seus pressupostos, explicitar suas práticas. De minha parte, interpreto tal posicionamento como a busca por uma historiografia que, disponibilizando o acesso do leitor ao processo mesmo de fabricação da história, refletindo sobre seu próprio texto como fruto de práticas e de um lugar (*lieu*), seja capaz de reconhecer a provisoriade e a precariedade de sua *prise de parole*¹⁷. Se uma narrativa assim seria possível, ou, se possível, seria legível, ainda hoje não se pode responder sem assumir riscos por demais pesados; resta tomar tal ideal como uma referência em relação à qual se situar, mais do que um ponto a ser ocupado¹⁸.

Metáfora Espacial: mapear, localizar, pontuar

Reconhecer que todo discurso tem seu *lugar* de produção implica, no caso específico da historiografia, a possibilidade de *mapear, localizar e pontuar* produções em suas redes relacionais – uma modalidade quase *cartográfica* de compreensão do processo de

16 “Eu, o passado, eu falo.” – em referência ao encerramento do artigo “Une épistémologie de transition : Paul Veyne”. Cf. CERTEAU, Michel de. Une épistémologie de transition : Paul Veyne. *Annales ESC*. Paris, 27^e anée, n. 6, p. 1317-1327, 1972.

17 Tomada de palavra; referência à obra de Certeau com este nome, inédita no Brasil.

18 Para uma discussão sobre o papel importante desempenhado pelas referências ideais no campo do saber, cf. EMMET, Dorothy. *The Role of the Unrealisable: a study in regulative ideals*. New York: St. Martin's Press, 1994.

escritura da história. Proponho aqui um paralelo, portanto, com a análise do espaço empreendida pelo próprio Certeau em “A Invenção do Cotidiano” a fim de construir e defender a hipótese de que a inventividade do *passreur* pode ser metaforizada para o ofício do historiador. O resultado disso é duplo: em primeiro lugar, aponta para o problema do estabelecimento de uma metodologia prévia, considerando que estabelecer previamente as ferramentas de trabalho violenta o passado tal qual se nos apresenta (através dos vestígios, das fontes) e impede a reflexão do historiador sobre seu próprio trabalho, tomando pressupostos teóricos, éticos, políticos, entre outros como dados desencarnados, metafísicos. Em segundo lugar, aponta para a provisoriade do fazer historiográfico, uma vez que a caminhada do passante só pode ser apreendida no seu próprio fazer, e para a parcialidade das respostas encontradas, considerando que, se o *passreur experimenta*, ele não experimenta a *totalidade*, mas apenas um trecho determinado, usando de uma rota que *Outros* podem ou não usar para chegar ou não aos mesmos *lugares*. Em suma, trata-se de esboçar os fundamentos para um debate mais substantivo em historiografia, em oposição à perpetuação de lutas políticas mesquinhas cujo único objetivo é legitimar determinada posição em detrimento de outras¹⁹.

Ao pensar nessa hipótese, tomo por base a concepção de saber científico do próprio Certeau, a saber, “[...] la possibilité d’établir un ensemble de règles permettant de « contrôler » des *opérations* proportionnées à la *production* d’objets déterminés.” (CERTEAU, 1975, p. 435, nota 5, grifos do autor)²⁰ Ora, o primeiro ponto que chama a atenção é encontrar o termo *contrôler* entre aspas; pode-se entender aqui, lembrando da postura de Certeau em relação à maneira que a historiografia era conduzida, que as aspas indicam um tipo de controle que não se identifica com o controle exigido por um saber totalizante e que ambiciona a verdade universal. Embora não explicita sua concepção de controle em qualquer outro lugar, entendo que Certeau classifica como controle uma modalidade de relação entre o historiador e seu ofício na qual haja consciência da arbitrariedade do sistema de regras estabelecido, da violência do *gesto de separar* operado previamente nas fontes e da impossibilidade de se estabelecer uma verdade universal e total. Eis que tal concepção de

19 Durval Muniz de Albuquerque recentemente abriu fogo contra esse problema em um texto chamado “Historiador Naif”. O mesmo problema começa a ser tratado por outros pesquisadores como Sérgio Campos Gonçalves, Igor Guedes Ramos e Wagner Geminiano dos Santos, em publicações esparsas.

20 Na edição brasileira: “[...] a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam “controlar” *operações* destinadas à *produção* de objetos determinados” (CERTEAU, 2008, p. 109, nota 5). Opto pelo uso do trecho francês por entender que sua estrutura chama mais a atenção para o termo “controlar” do que no caso da tradução brasileira.

saber científico reconhece seu caráter social e histórico enquanto saber²¹, e o caráter discursivo e linguístico dos produtos desta operação.

Outro ponto a ser frisado é a concepção de um objeto *produzido*. Posto que até mesmo o *fato* é uma produção do historiador, reconhecer a dimensão da *prática* historiográfica implica também renunciar à naturalidade desse Outro ausente que é o passado. “[...] De resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das “neves eternas”, o historiador faz outra coisa: faz deles a história. [...]” (CERTEAU, 2008, p. 79, grifo do autor). Quando *separa*, o historiador desloca o material, reorganiza sua composição e constrói uma ordenação (mais ou menos cronológica, mais ou menos teleológica) que só pode ser exterior ao objeto, uma vez que ele já *não é mais* o material bruto. *Non sequitur*: dizer que isso torna o saber historiográfico menos “rigoroso” na produção de seu conhecimento é algo que não me parece ser uma conclusão fundamentada pelas premissas.

Assim dito, retorno às *práticas espaciais* de Certeau. Para definir a distância entre o panorama, visão “panóptica”, ou representação cartográfica, e o espaço das práticas, podemos considerar que para ser representado o espaço “[...] tem como condição de possibilidade um *esquecimento* e um *desconhecimento* das práticas. [...]” (CERTEAU, 1994, p. 171, grifo meu). Isso porque as práticas escapam à representatividade; é característica da prática a inventividade – ou, como coloca Certeau, “escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície [...]” (CERTEAU, 1994, p. 127). Ora, chega-se então à conceituação que diferencia o *espaço* e o *lugar* (*lieu*).

[...] Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] O *espaço* estaria para o *lugar* como a *palavra* quando *falada*, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente [...]. Em suma, o *espaço* é um *lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito. (CERTEAU, 1994, p. 201-202, grifos meus)

Embora em geral não se encontrem muitos comentadores que relacionem o lugar social a esse lugar a ser praticado, penso que a coincidência dos termos não deve passar

21 Um “detalhe” que parece passar despercebido pelos historiadores que reivindicam o estatuto “científico” da história é que mesmo as ditas “ciências duras” não acreditam mais nas ideias de saber e de verdade enquanto entidades metafísicas, portanto, anistóricas. Cf. HAACK, Susan. Six Signs of Scientism. *LOGOS & EPISTEME*, [s.i.], v. 3, n. 1, p. 75-95, 2012. Esse artigo tem o mérito de mostrar como essa luta pelo reconhecimento de uma “ciência histórica” não só é vã, como não dialoga com as perspectivas científicas contemporâneas.

despercebida. Mesmo que o próprio Certeau não deixe claro, e mesmo que seu intuito não fosse esse, penso que existe uma relação estreita entre o par conceitual *lugar/espaco* e sua concepção do *lugar social* do ofício do historiador. Perceber essa coincidência na escolha de palavras é o ponto de partida para a elaboração de minha hipótese.

O *lugar* constitui a referência imposta anteriormente; no caso da presente reflexão, trata-se do texto historiográfico. Ao longo de suas páginas o historiador distribui os elementos originais e os vestígios e discursos deslocados segundo sua racionalidade técnica. Esse conjunto constrói determinados sentidos e significados à maneira como o traçado urbanístico impõe caminhos ao *passante* – e caminhos diferentes caso ele esteja à pé ou de carro. A escrita em si já constitui todo um jogo complexo, também trabalhado por Certeau (1994, p. 221-246), mas que será explorado em outra oportunidade. Basta aqui perceber o texto escrito como um produto que será consumido – por pares e por “leigos”.

O *espaco* é produzido quando da *prática do lugar*; no presente caso, quando o texto é lido. Para Certeau, a *atividade leitora* institui um jogo de significação com o texto a partir da apropriação do mesmo pelo leitor. Ao *realizar* o texto, o leitor caminha pelo traçado estabelecido, mas é capaz de parar por instantes em determinados pontos, tomar atalhos, ou até mesmo de criar imaginativamente sobre um material que pudesse não ter a finalidade imaginada. O texto, portanto, é um reservatório de sentidos ao qual o leitor, jogando com as estratégias de produção de sentido de que o autor lança mão, produzirá a sua interpretação.

Eis que o historiador, antes de escritor, é sempre também um leitor: de seus pares, de suas fontes, de tantas outras obras diversas. Sua figura encontra-se tensionada entre os papéis de leitor e escritor. É aqui que se encaixa mais perfeitamente minha hipótese: como leitor a registrar suas próprias andanças, o historiador constitui um *porteur* na medida em que é capaz de atravessar textos carregando coisas que lhe são exteriores e sua escrita mesma questiona a ordem que atravessa. Não toma a fonte por dada; ele a torce, problematiza, pergunta. Trata-se também de um viajante, e seu texto, um relato de viagem.

Se, conforme o próprio Certeau, “todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaco [...]” (CERTEAU, 1994, p. 200), portanto podemos também considerar que o relato (*rapport, récit*) historiográfico se constitui como prática espacial. Não só a leitura, como já citado, mas também o próprio fazer do historiador em relação ao Outro ausente (o passado) e seus vestígios tomados constitui uma prática a ser metaforizada²² como prática

22 Lembro aqui da passagem no início do capítulo nono de A Invenção do Cotidiano: “Na Atenas contemporânea, os transportes coletivos se chamam *metaphorai*. Para ir para o trabalho ou voltar para casa, toma-se uma “metáfora” – um ônibus ou um trem. Os relatos poderiam igualmente ter esse belo nome: todo

espacial. Neste sentido, o lugar social se vê atravessado, torcido e reorganizado por uma série de práticas que podem (ou não) atuar em sua reconfiguração. Retomando a citação que iniciou este ensaio, Certeau considera que “[...] pensar, ao contrário, é passar; é interrogar essa ordem [...]” (CERTEAU, 2002, p. 138). Seria prudente que o historiador, portanto, interrogasse tanto a ordem passada quanto a sua ordem presente.

Ora, se o gesto de pensar é imanente ao trabalho do historiador, e se “passar” é interrogar, questionar, problematizar a ordem que se apresenta no lugar, podemos então considerar com mais firmeza que a proposta geral de Certeau à historiografia é a dúvida com relação aos pressupostos próprios de cada historiador, abrindo assim a possibilidade para aquilo que ele chama de *penser autrement*. Embora esta expressão pareça auto-explicativa, “pensar diferentemente”, há que se considerar algumas implicações diretas do termo em relação à sua reflexão: em primeiro lugar, se considerarmos o posicionamento dos conceitos de Mesmo e Outro na obra de Certeau, seu funcionamento modal em relação à sua crítica à historiografia, veremos que o termo “*autrement*” não carrega somente a carga do “diferente” como alternativa; carrega a possibilidade de um movimento em direção ao Outro que não retorna ao Mesmo²³ – em termos mais práticos e próximos da historiografia, a possibilidade de pensar o passado a partir de uma taxonomia comum, negociada. Longe de ser uma recuperação do “passado tal como aconteceu”, considero que pensar o passado a partir de *outra* taxonomia significa considerar o que Paul Veyne indica como “[...] *differentia ultima* de uma singularidade datada [...]” (VEYNE, 2011, p. 17, grifo do autor):

[...] Suponhamos que nos aventuremos a escrever uma história do amor ou da sexualidade através dos tempos. Ficaríamos satisfeitos com nosso trabalho quando o tivéssemos levado ao ponto em que o leitor pudesse ler nele as variações que os pagãos ou os cristãos, em suas ideias e práticas, haviam modulado sobre o tema bem conhecido do sexo. [...] Então o engano nos salta aos olhos: uma vez que a variação se explicita até o fim, o tema eterno se apaga e, em seu lugar, nada mais há senão variações, diferentes umas das outras, que se sucederam e que chamaremos de “prazeres” da Antiguidade, de “carne” medieval e de “sexualidade” dos modernos. Trata-se de três ideias gerais que os homens formaram sucessivamente sobre o núcleo incontestavelmente real, provavelmente trans-histórico mas inacessível, que se encontra por detrás delas. Inacessível ou antes impossível de ser extraído: faríamos dele fatalmente um discurso. (VEYNE, 2011, p. 17-18)

dia, eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços.” (CERTEAU, 1994, p. 199)

23 Esse movimento é amplamente trabalhado na filosofia por Emmanuel Lévinas. Entretanto, temos poucas evidências para afirmar qualquer relação mais próxima entre o pensamento de Lévinas e o de Certeau.

Assim, pensar o passado a partir de *outra* taxonomia não constitui um retorno à ilusão da objetividade. Trata-se de perceber a singularidade desse passado a partir de uma abordagem iniciada no presente – por isso um movimento do Mesmo em direção ao Outro que não retorna. Recusar a universalidade de um tema anistórico significa, assim, encontrar, questionar e problematizar aquilo que o homem construiu e estabeleceu ao longo do tempo em torno de experiências singulares – como no exemplo, os prazeres, a carne e a sexualidade. Significa, ao mesmo tempo, questionar e problematizar as categorias do presente, tratando-as como igualmente históricas, igualmente produtos de relações sociais, atravessadas pelo poder e pela experiência. Portanto, é nesse sentido que, à luz do pensamento de Certeau, considero o historiador como um *passreur* – alguém capaz de subverter a ordem do saber ao apontar para a historicidade do passado e para a historicidade do próprio presente.

“L'ABSENT DE L'HISTOIRE”: NOTAS SOBRE A CRÍTICA DE MICHEL DE CERTEAU AO FAZER HISTORIOGRÁFICO¹

L'absent de l'Histoire é um texto bastante particular de Michel de Certeau. Publicado em 1973 como conclusão de uma coletânea de artigos homônima (GIARD, 2002, p. 49), o texto em certa medida prefigura sua crítica que viria a ser aprofundada em “*L'écriture de l'Histoire*”, de 1975. De tamanho bastante reduzido, *L'absent* retoma os pontos comuns dos textos que o precediam na coletânea original² e coloca em questão as condições de possibilidade do discurso historiográfico moderno (CERTEAU, 2002, p. 211) enquanto um discurso que “[...] implica uma relação com *um Outro* que é *ausente*, mas um ausente particular, um que ‘já *passou*’ [...]” (ibid., pp. 210-211). Ele então pergunta: “Qual é então o estatuto desse discurso que se constitui falando de seu outro? Como funciona essa *heterologia* que é a história, logos do Outro?” (ibid., p. 211) Seguindo, então, a trilha dessas duas perguntas, Certeau mostra a construção da historiografia segundo o que já aqui ele chama de *operações*, mesmo sem dar à palavra a dimensão conceitual construída mais tarde, em “*L'écriture de l'Histoire*”.

A escolha desse texto se deu porque considero ser um momento fundamental para compreender a obra de Michel de Certeau dedicada à teoria da história. Em parte, a coleção da qual esse texto é a conclusão (publicada em 1973) pode ser considerada como um dos primeiros esforços de Certeau em direção a um trabalho mais teórico – no sentido de se debruçar sobre as condições de produção do conhecimento histórico. Destaco ainda a publicação em 1974, um ano depois da publicação original de *L'absent*, de “*La culture au pluriel*”, também uma coletânea, cujo foco era a crítica a uma concepção de cultura pouco atenta às dimensões mais capilares da vivência cultural – e, portanto, também política: percebe-se assim que o desenvolvimento da reflexão em torno da dinâmica de produção cultural e do papel político das mesmas não era um tema novo em sua obra.

A concepção de cultura de Certeau, segundo a qual “[...] é preciso que [as] práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza. [...]” (CERTEAU, 1995, p.

1 Versões preliminares deste texto foram apresentadas sob a forma de comunicações e de artigo ao longo do período do mestrado.

2 Para este trabalho uso a republicação do texto na coletânea *Histoire et Psychanalyse entre science et fiction*, publicada originalmente em 1987 e reeditada em 2002 com a adição do prefácio “Un chemin non tracé” de Luce Giard. As citações desta e de outras obras em francês foram traduzidas livremente. No ano de 2011 a editora Autêntica publicou a tradução da edição de 2002 de “História e Psicanálise”; como o cerne do texto já estava pronto quando adquiri meu exemplar, optei por não alterar as referências para as traduções da edição brasileira.

141), é marcante em sua concepção de história; para Certeau, a história só se efetua no nível da prática – a prática da pesquisa e a prática da escrita – e, assim, está sempre submetida às relações de força de um campo de poder que lhe é anterior e exterior, tomando de empréstimo o conceito de Pierre Bourdieu³ – que Certeau nomeou como *lugar social*.

Da mesma maneira, o saber histórico só se coloca em relação a algo que também é exterior ao próprio saber e à sua prática – uma relação de alteridade estabelecida a partir do momento no qual uma sociedade define com um corte aquilo que lhe é “passado”; em “*L’écriture*” Certeau diz: “[...] Das 'citações', das referências, das notas e de todo o aparelho de remetimentos permanentes a uma linguagem primeira (que Michelet chama de 'crônica'), [a história] se estabelece como *saber do Outro*.” (CERTEAU, 1975, p. 130)⁴. Ora, pode-se então lembrar deste Outro tanto como o campo profissional do historiador, responsável por legitimar academicamente o discurso produzido, quanto como o passado recortado pela sociedade presente desse historiador. Eis que tanto na dimensão social quanto na dimensão epistemológica, a historiografia, para ele, sustenta seu discurso somente em relação ao Outro cujo aparecimento no texto é sempre controlado: socialmente, quando publica uma obra de história, um historiador passa pelo crivo de seus pares, e tal avaliação, baseada em critérios próprios construídos pela prática e também por uma dimensão política do campo, é condição *sine qua non* para o estabelecimento do estatuto historiográfico do texto; a seguir, epistemologicamente, o material bruto a ser transformado em história é sempre pensado como estando fora de um conjunto entendido como “presente” – trata-se sempre do passado que se deseja inteligível para o presente.

Eis que ao ler a conclusão republicada fora de seu contexto original, convém levantar um ponto interessante que podemos observar nas obras posteriores de Certeau, seja “*La culture au pluriel*” ou “*L’écriture de l’Histoire*”: a crítica a uma concepção de história ao mesmo tempo descarnada (por não considerar suas condições de emergência), em “*L’opération Historiographique*”, e folclorista, em “*La beauté du mort*” (por caracterizar o Outro de maneira sempre exótica e buscar nesse “Outro que passou” as relíquias de nossa sociedade). Essa heterologia, esse saber do Outro, terá de conviver com um estatuto sempre

3 A aproximação entre o “lugar social” e o “campo” parece bastante frutífera por ampliar o problema propriamente sociológico levantado por Certeau. Conviria lembrar que a discussão sobre o conceito de campo é bastante ampla, mas que foge por demais do objetivo deste texto. Para mais, cf. BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004; idem. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007b.

4 Uso a edição francesa de “*L’écriture de l’histoire*” neste trabalho. Traduções livres. CERTEAU, Michel de. *L’Écriture de l’Histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

ambíguo e tenso entre cientificidade e ficcionalidade; a historiografia, neste sentido, ver-se-á incapaz de se desprender de seus núcleos lógico e poético.

Neste texto, meu objetivo é bastante simples: levantarei as perguntas evocadas por Certeau em “*L’absent*” e tentarei mostrar suas ligações com questões mais amplas levantadas em outros textos dedicados ao pensamento teórico da historiografia. Trata-se, enfim, de se perguntar pela possibilidade de pensar as consequências de tomar a história como saber heterológico para a prática efetiva do historiador.

CERTEAU E FOUCAULT: A HISTÓRIA COMO SINGULARIDADE

Convém também pensar a articulação deste momento em sua historicidade em relação aos seus desenvolvimentos posteriores, supracitados, e também em seus diálogos. Opto aqui particularmente pelo diálogo com Michel Foucault⁵ e os comentários de Paul Veyne sobre Foucault⁶ por ver entre eles uma proximidade na crítica que fazem das relações de poder condicionantes e imbricadas na produção do saber; de perspectivas diferentes e por métodos diferentes, ambos apontam todo o mecanismo presente na fabricação do discurso historiográfico. Assim, interessa-me mais o que esse diálogo pode produzir em conjunto do que pontuar suas diferenças e seus entraves.

Neste sentido, gostaria de deixar evidente que essa é apenas uma das várias leituras possíveis da obra de Certeau, e que escolho tomar um caminho entre tantos outros possíveis. Seguindo, então, tal crítica pela qual ele aponta o ocultamento dos mecanismos atuantes na produção do saber, penso que tal evidenciação nos coloca em maior contato, e um contato criticamente fiel, em relação à sua obra.⁷ Penso essa ideia de fidelidade de maneira distinta da ideia criticada por Foucault e Nietzsche; não se trata de conceder ao autor um lugar privilegiado de autoridade sobre o texto. Entendo “fidelidade” como um esforço para “pensar junto” do autor, para usá-lo e articulá-lo, e, se preciso, estendê-lo para além de seus limites

5 Particularmente a partir de “A Ordem do Discurso” (1996) e de entrevistas publicadas na coleção “Ditos e Escritos”. De alguma maneira, também, “A Arqueologia do Saber” (8ª ed., 2012) estará sempre em meu horizonte.

6 Particularmente “Foucault, seu pensamento, sua pessoa” (2011).

7 Outras duas perspectivas importantes podem ser encontradas em: CARRARD, Philippe. History as a Kind of Writing: Michel de Certeau and the poetics of historiography. *The South Atlantic Quarterly*. Durham, v. 100, n. 2, p. 465-482, 2001; AZEVEDO, Danrlei de Freitas; TEIXEIRA, Felipe Charbel. Escrita da história e representação: sobre o papel da imaginação do sujeito na operação historiográfica. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan./jun. 2008, pp. 68-90. Impossível não lembrar também do professor Durval Albuquerque a dizer em seu curso sobre Michel de Certeau que talvez pensadores como Foucault e Certeau queiram justamente que *não* sejamos fiéis, no sentido de evitar construir ortodoxias. Seu curso está disponível na íntegra no YouTube: < <http://www.youtube.com/watch?v=2SXmcTmcDnk> >.

originais. Parece-me, por um paradoxo evidente, a “fidelidade” a autores como Certeau, Foucault e Nietzsche reside justamente nessa “traição”: procurar os diferentes arranjos possíveis de suas palavras e testar seus potenciais criadores. Não se trata de dizer “Este autor disse isso”, mas sim “Podemos usar este autor assim”. Por outro lado, entendo a “fidelidade” como “levar a sério” o conselho de Certeau, quando este se referia a Foucault: pensar é passar, é questionar a ordem e se surpreender com as sedimentações e as emergências nas lutas discursivas do passado e do presente. Trata-se, enfim, de uma interpretação necessariamente histórica, parcial, limitada, de autores que me parecem um campo fértil ao esforço da atitude crítica que Foucault enxerga em Kant.

Sem perder muito tempo discutindo pormenores do diálogo Certeau-Foucault, o que me importa aqui é pensar o saber historiográfico contemporâneo como uma singularidade⁸, com suas regras e seu jogo sempre parcial e contingencial, e instrumentalizar o próprio conceito de *singularidade* como referência para o trabalho da pesquisa histórica. As consequências dessa postura são várias: pensar o passado como uma alteridade singular significa abrir mão de uma teleologia explícita (no sentido causal) ou implícita (como divinação às avessas), tomando a diferença como ferramenta para entender tanto a si mesmo quanto ao outro (algo aproximado do que Foucault chamaria de *ontologia do presente*⁹). Por teleologia explícita, penso aqui em um tipo de história preocupada com as origens e com as causas dos fenômenos, privilegiando quase sempre uma dimensão da experiência histórica como fator explicativo de todo o processo; um exemplo seriam as explicações da Revolução Francesa meramente em termos econômicos ou políticos. A divinação às avessas que caracteriza um outro tipo de teleologia se refere, então, a considerar o desenrolar dos eventos como natural e óbvio, ignorando as relações de força de determinado período e toda uma outra série de condições de possibilidade imponderáveis ao historiador.

Tomar essa postura significa também abrir mão de uma concepção de verdade enquanto uma totalidade a ser desvelada pela soma das verdades parciais construídas ao longo do tempo¹⁰, uma vez que se considera o sentido como exterior às coisas; se, portanto, não existe a possibilidade de uma metafísica do mundo, e se todo sentido é necessariamente

8 Para uma discussão aprofundada do conceito de singularidade, cf. VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; idem. *Como se Escreve a História; Foucault Revolucionou a História*. 4ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1998; CERTEAU, Michel de. Une Épistémologie de Transition: Paul Veyne. *Annales ESC*. Paris, 27º ano, n. 6, p. 1317-1327, 1972.

9 Um ótimo artigo sobre o conceito de “ontologia crítica do presente” é o texto do próprio Foucault sobre “O que é Esclarecimento?” de Kant, publicado no segundo volume da coleção “Ditos e Escritos” (FOUCAULT, 2000). Também cf. CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

10 Para mais a esse respeito, cf. VEYNE, op. cit., 2011; FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

construído pelos homens, chegamos ao ponto onde a verdade e a mentira deixam de fazer parte do jogo discursivo, cabendo então apenas análise das lutas em torno da emergência dos discursos¹¹. Parto então do conceito de discurso em Foucault, a partir do qual se entende que mais do que verdades parciais, cada sociedade produziu em seu tempo discursos sobre um núcleo mais ou menos empírico cuja verdade é total em si mesma, mas incapaz de abarcar e compreender aquele núcleo empírico que pretende representar.¹² Penso aqui em articular tal concepção ao pensamento de Certeau, buscando analisar as ferramentas da historiografia que ele situa como mecanismos cuja função é absorver a alteridade do passado, tornando-a pensável e inteligível (CERTEAU, 2002, p. 212): todo um fenômeno se coloca, então, submetido a uma taxonomia do presente que caracteriza tal passado como exótico em relação a esse presente.

O AUSENTE DA HISTÓRIA

Voltando ao texto de *L'absent*. Ali Certeau lembra que a historiografia coloca como o dado fundador de seu saber o corte a partir do qual uma sociedade se define como diferente de seu passado – a partir de então seu Outro. Esse corte fundador pode ser descrito como uma construção identitária: uma sociedade exclui as práticas que já não lhe são próprias, ou melhor, que ela entende que não lhe são próprias, fundando assim o lugar dos ancestrais. Destarte, o papel social da história seria investigar essas “[...] regiões exteriores à circunscrição do presente [...]” (2002, p. 211), levar ordem a essa região inexplorada e desconhecida, e “[...] trazer o outro ao campo de uma compreensão presente, e por consequência eliminar a alteridade que parecia ser o postulado da empreitada. [...]” (2002, pp. 211-212). Em outras palavras, a função da história seria tornar inteligível ao presente as práticas relativas a esse Outro cuja separação e transformação em *passado* é postulada *a priori* e é pressuposta pela prática historiadora.

Impondo a esse passado barbarizado as categorias colonizadoras do saber presente, o historiador busca *compreender* esse passado no duplo sentido do termo: entender e cercar; ele constrói, com o texto historiográfico, uma representação desse passado, no sentido

11 O que não significa, em absoluto, que se possa falar *qualquer coisa*. Tal interpretação redutora e simplista se esquece claramente do caráter intersubjetivo do conhecimento, do campo com cujas regras o historiador deve jogar entre aceitação e contestação.

12 Cf. a polêmica em torno da loucura e as respostas de Foucault à questão; *Problematização do Sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002 (Coleção Ditos & Escritos, 1).

mesmo de simbolizar a ausência desse Outro tal como uma lápide ou uma efígie¹³. Como sabemos, em “*L'écriture de l'Histoire*”, essa ideia será desenvolvida no sentido de conceber a história como uma espécie de túmulo no qual uma sociedade honra e enterra aquilo que passou:

O Outro é o fantasma da historiografia. O objeto que ela busca, honra e enterra. [...] ‘A única busca histórica do ‘sentido’ permanece, com efeito, a do Outro’, mas tal projeto, contraditório, visa ‘compreender’ e ocultar com o ‘sentido’ a alteridade desse estranho, ou, o que vem a ser o mesmo, acalmar os mortos que ainda frequentam o presente e lhes oferecer túmulos escriturários. (CERTEAU, 1975, p. 15).

Tal fantasma de que fala Certeau é aquele que o discurso social necessariamente corta de si e conjura para suas margens. Nesse sentido, esse Outro exilado se torna então uma entidade ou uma região desconhecida, misteriosa, sobre a qual o historiador caminhará e, a partir de seus estudos, apreenderá um sentido e civilizará. Tal discurso colonizador, tornado possível somente porque a alteridade foi criada, busca fagocitar o Outro, englobá-lo e compreendê-lo (no duplo sentido do termo) em suas categorias, tornando-o pensável. Esse Outro expulso retorna¹⁴, então, mas sob o manto do exótico; trata-se aqui de apontar diferenças e semelhanças sempre com a entonação do espanto: seja pela fórmula do bárbaro, enquanto ser rude, incivilizado, seja pela fórmula do gênio, aquele que “já preconizava determinado avanço” ou que “já naquela época comungava com certa característica que encontramos hoje”. De uma maneira ou de outra, tudo se passa na *mise en scène* historiográfica como se aquilo que se estuda estivesse sempre, necessariamente, colocado em relação a nós, o presente, os sujeitos do saber.

É assim que Certeau caracteriza o fundamento do ofício historiográfico: construir representações, túmulos, sepultando a alteridade que lhe é, ao mesmo tempo, sua condição. E é a partir de seu lugar de trabalho que o historiador ainda

13 A relação que Certeau manterá ao longo de sua carreira com o pensamento freudiano e lacaniano é bastante peculiar. Sua obra mostra como é particularmente fértil a possibilidade de interação entre história e psicanálise sem apelar para usos teatrais. Joan Scott tratou de várias tentativas desse tipo de trabalho na historiografia norte-americana – e seus muitos problemas: cf. SCOTT, Joan. The Incommensurability of Psychoanalysis and History. *History and Theory*, Middletown, v. 51, n. 1, p. 63-83, 2012.

14 Vê-se aqui a afinidade de Certeau com as categorias psicanalíticas, particularmente relativas ao pensamento de Lacan. A coletânea “*Histoire et Psychanalyse*” conta com um capítulo no qual Certeau se debruça especificamente sobre a obra de Lacan.

[...] tria, corta, reclassifica e desloca os documentos segundo as regras relativas às operações e aos códigos de leitura. [...] Os significantes dispersos na cultura e qualificados por ela como “antigos” são deslocados segundo as pertinências, dispostos segundo uma ordem, transformados em objetos tratáveis. [...] (CERTEAU, 2002, p. 212).

Toda uma operação é evidenciada nessa passagem. Ela é bastante significativa porque denuncia a dimensão prática do ofício historiográfico; aquilo que o historiador faz, a história, não é o passado em si, mas o produto de uma série de operações, uma encenação bastante particular¹⁵. Tal encenação “[...] joga com a *verossimilhança do Outro* [...]” (2002, p. 213), marcando a alteridade com “[...] o uso sistemático de datas, de nomes, de citações [...]” (2002, p. 213), recursos necessariamente literários, enquanto, ao mesmo tempo, reduz racionalmente essa alteridade ao desmembrá-la e rearranjá-la segundo uma lógica que lhe era alheia, uma lógica da historiografia do presente.

Ora, essa verossimilhança com a qual joga o historiador não é inocente; os efeitos de real que o texto historiográfico produz buscam construir credibilidade. Certeau aponta, então, para o que chama de *contrato* segundo o qual “[...] um público que quer um exótico, mas certificado e garantido pelas competências [...]” (2002, p. 213) procura na história essa encenação garantida por um aparato nada ingênuo de legitimação do qual os diplomas, os títulos e as citações são apenas alguns exemplos¹⁶. Constitui-se um grupo responsável por falar de maneira legítima desse Outro; estabelecem-se os critérios segundo o qual um relato será ou não aceito, cria-se uma hierarquia da pesquisa na qual certos temas e certos centros de pesquisa se sobrepõem aos outros, estabelece-se um *campo*, nos termos de Bourdieu, uma região na qual cada elemento está sempre localizado em relação aos outros que compõem o mesmo campo¹⁷, e cujas regras e relações de força são sempre anteriores àquele que deseja adentrar tal lugar social. Submetido a tais regras, o indivíduo pode então assinar seu relato como um relato historiográfico, um relato portador da verdade a respeito dos costumes de um passado sepultado. Sua narrativa, necessariamente literária, representará o

15 De certa maneira, essa constatação desembocará nas discussões que ainda hoje ocupam espaço considerável nos debates em relação às diferenças entre memória, arte e história, testemunho e historiografia. Qual discurso seria responsável por *transmitir* o passado com mais *fidelidade*? A partir de que momento determinado discurso pode se arrogar o direito de veto e se impor em relação ao outro?

16 Lembrando do “pacto tácito de leitura” evocado por Paul Ricoeur, pergunto-me sobre o peso da disposição de ouvir/ler do consumidor em relação ao texto historiográfico sobre o sucesso ou o fracasso da elaboração de um efeito de realidade.

17 Sobre o conceito de campo, cf. BOURDIEU, op. cit., 2007b; idem, op. cit., 2004. Para o campo acadêmico, particularmente, idem. *Homo Academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

passado na medida em que se apoiará no uso sistemático de documentação e análise segundo os critérios que lhe são impostos pelo campo historiográfico.

O caráter literário da história em Certeau, entretanto, não aponta para a descrença no saber histórico. Parece-me bem claro que a denúncia das limitações do relato histórico em Certeau se coloca em um plano no qual a crítica passa pela constatação desses limites; cientes das relações de poder em torno de seu trabalho, os historiadores podem então trabalhar com elas e explicitá-las ao leitor, de maneira a desnaturalizar a representação que ele constrói e evidenciar a operação responsável por transformar o passado, alteridade irreduzível, em texto. Neste sentido, e conforme o próprio Certeau colocará mais adiante em *L'absent*, o discurso historiográfico apresenta essa tensão pela qual deve usar de artifícios literários para narrar o produto de uma pesquisa necessariamente ligada a um método particular¹⁸: “[...] O texto historiográfico combina então a racionalidade da explicação e a narrativa literária que fala do Outro [...]” (CERTEAU, 2002, p. 214). Essa tensão entre a racionalidade explicativa e a estética de um texto narrativo é crucial para rebater aqueles que, como Carlo Ginzburg, acusam Certeau de “ceticismo” ou “relativismo”, termos estes que sequer são definidos em termos substantivos, mas sempre tratados como etiquetas negativas cujo sentido seria óbvio.

Eis que esse discurso, esse lugar de contato entre o Mesmo e o Outro se coloca, enfim, a serviço de poderes. Expropriado das ferramentas para produzir e legitimar seu trabalho, o historiador deve sempre recorrer ao campo, responsável por gerenciar os arquivos, as instituições de ensino e pesquisa, as editoras e todo o circuito de divulgação. Submetido a essa rede de autoridades, o pesquisador se vê constrangido pelo conjunto de regras que lhe são anteriores e às quais ele deve se ajustar. Seu texto é sempre a narrativa de um grupo que está sendo construída a partir de vestígios produzidos por alguém (primeiro nível de poder) e selecionados pelo historiador (segundo nível de poder).

A narrativa historiográfica, nesse sentido, “[...] é uma narrativa [em] que o poder então articula, segundo uma ordem estabelecida, as zonas marginais que escapam às normas explicativas de uma sociedade [...]” (2002, pp. 214-215). Assim, a alteridade já desarmada pela racionalidade técnica se vê instrumentalizada de acordo com as posições do historiador. Já não é o revolucionário, o trabalhador ou qualquer outro “agente” do passado quem fala no texto, mas o historiador, que se apropria, cerca essa alteridade e a coloca sempre

18 Convém dizer aqui também que por “método particular” não entendo algo como um “método único”, mas sim no sentido mesmo do próprio tratamento das fontes, às quais o historiador coloca suas perguntas. Cf. discussão expandida em: REYNOLDS, Bryan; FITZPATRICK, Joseph. The Transversality of Michel de Certeau: Foucault’s panoptic discourse and the cartographic impulse. *Diacritics*. Baltimore, v. 29, n. 3, p. 63-80, 1999.

em relação a seu projeto: tal “agente” é sempre tomado como ignorante em relação à sua situação, a qual a racionalidade do historiador vem desvendar. Neste sentido, quem fala no texto historiográfico não é o passado, mas o historiador; portanto, não cabe mais a inocência militante que busca “dar voz” aos excluídos: a voz que narra a história é a do historiador, ou então o texto simplesmente não será historiográfico – será outra coisa, uma crônica, um testemunho, etc.

Na tensão entre aquilo que diz a fonte e aquilo que o historiador faz com que ela diga por uma série de cortes e deslocamentos, a análise do objeto encontra um imperativo ético¹⁹. Este não se estabelece aqui como um compromisso com a Verdade transcendente e atemporal, mas com relação a todo um campo político que cerca a produção de seu texto. Por ser sempre parcial, sua narrativa há de entrar em atrito com os discursos de outros grupos acerca de um mesmo período, de um mesmo fenômeno social – seja na forma de um debate entre historiadores de formações ou posicionamentos divergentes, seja na forma de um combate com aqueles que se julgam guardiões da memória de um grupo vitimizado. Assim, o historiador estará sempre em relação com outras interpretações que também se pretendem verdadeiras acerca do passado, e o peso que atribuir (ou deixar de atribuir) a determinada categoria será então tratado no campo da ética quando tal grupo enfatizado ou ofuscado operar sua crítica da narrativa²⁰.

O PAPEL DESESTABILIZADOR DO OUTRO

A seguir no seu texto, Certeau retoma o romance *Robinson Crusóe* para refletir sobre o caráter desconcertante do encontro com o Outro. A obra serve de metáfora a duas idéias que me parecem centrais: a constituição de duas esferas distintas (a racionalidade e a ficção) e os vestígios deixados pelo Outro. Para tanto, ele narra a desestabilização da racionalidade técnica criada por Robinson em sua ilha a partir de quando ele encontra passos marcados na areia da praia. A uma sequência de pesadelos e de desordem, segue-se que o Outro é finalmente tomado e escravizado. Como Certeau coloca,

19 Basta aqui lembrar das querelas em torno do que se chamou de “revisãoismo” em torno da Shoah na historiografia contemporânea. Esse problema da “sacralização” do testemunho adquiriu importância principalmente no pensamento do historiador americano Dominick LaCapra.

20 Esse combate “ético” pode tomar proporções maiores ou menores em razão da projeção do tema tratado. Um dos temas clássicos em torno do qual operam tais conflitos é o já citado holocausto judeu (ou Shoah). Convém se perguntar então sobre as motivações políticas da interdição do discurso historiográfico: qual o interesse em perpetuar o trauma e mantê-lo longe da crítica histórica?

Essa estranha divisão da técnica e do pesadelo parece já desenhar os lugares que ocuparão respectivamente, no século XIX, a ciência econômica e a interpretação dos sonhos. [...] a racionalidade (econômica) e a ficção (do sonho). [...] (2002, p. 216).

Assim, Robinson Crusoe se encontraria no mesmo lugar que o historiador: no lugar de contato entre o Mesmo (si mesmo) e o Outro (*Sexta-feira*, ou o passado). Os passos na areia, ou as fontes, são aquilo que materializa o corte com a alteridade; frente a esse material que resiste sempre à assimilação Certeau mostra como a historiografia que lhe era contemporânea se comporta e a que operações essa historiografia submete essa alteridade. Nesse sentido, tudo que o historiador produz é apenas uma “[...] metáfora da ausência [...]” (2002, p. 217), uma narrativa que honra e enterra, exorcisa um morto, uma alteridade. Metáfora da ausência porque o Outro de que trata a narrativa não está no texto; trata-se de uma representação.

Assim como uma efígie²¹, o texto representa a ausência na medida em que traz para o mundo social mais uma vez aquela alteridade expurgada pelo presente. Transforma a morte em um fenômeno social em torno do qual se constituem práticas rituais. É com o texto historiográfico que o presente representa aquilo que considera como ancestral; é por meio da obra do historiador, que desde Michelet ambiciona dar voz aos mortos, que o presente acessa o passado representado. Eis que esse jogo de verossimilhança borra a fronteira entre aquilo que passou e aquilo que se representa do que passou²².

Com relação a essa concepção de historiografia como representação de um passado “morto”, pode-se objetar que com o advento da história do tempo presente, com a história imediata e com o crescente campo de pesquisas na área do ensino de história, essa perspectiva esteja ultrapassada, uma vez que o próprio corte fundador desse passado já não está mais tão distante. Se considerarmos a alteridade, o passado e a morte como algo necessariamente longínquo no tempo, talvez essa objeção faça sentido. Mas a própria reflexão de Certeau sobre o cotidiano, mais tarde, em “*L’invention du Quotidien*”²³, e todas as implicações que ela traz para a reflexão da teoria da história, relacionando-se com seus escritos anteriores, levam a crer que essa alteridade, essa ausência se refere mais àquilo que o

21 Sobre o caráter de indicação da ausência pela representação, cf. GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, especialmente o capítulo 3, “Representação: a palavra, a idéia, a coisa” (p. 85-103); RICOEUR, Paul. *L’écriture de l’histoire et la représentation du passé*. *Annales HSS*. Paris, 55º ano, n. 4, p. 731-747, 2000.

22 O próprio Certeau aponta para o duplo sentido da palavra “história”, enquanto passado ou enquanto discurso que representa o passado. Cf. CERTEAU, op. cit., 1975, p. 435, nota 2. A discussão também se encontra em: CHARTIER, Roger. *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

23 Minha referência é a edição de 1990 pela série Folio Essais da Gallimard.

historiador problematiza do que a um passado necessariamente distante. Assim, o Outro se refere àquilo que uma sociedade é capaz de cortar de si mesma e tomar como objeto de saber.

Tomando como exemplo a obra do próprio Certeau, a alteridade que o historiador busca apreender se apresenta, em “*L’invention du Quotidien*”, como uma série de práticas contemporâneas ao próprio pesquisador: trata-se de analisar o caminhar pela cidade, o ler, o cozinhar. Nesse sentido, a alteridade poderia tomar um sentido mais abrangente em relação ao tempo, abarcando uma alteridade quase etnográfica – ou seja, contemporânea ao historiador mas ainda assim apartada do mesmo.

Não cabe, no entanto, refletir aqui sobre esse ponto, desenvolvido por Certeau em outros lugares. Interessa-me pensar, seguindo o texto que nos propusemos a analisar, a centralidade da idéia de alteridade para a concepção de história de Michel de Certeau: o Outro passado e o Outro presente, ambos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. O Outro passado como aquilo que o historiador toma como objeto; o Outro presente como o lugar social, o campo a partir do qual o historiador pronuncia seu discurso.

A história aqui, assim como a etnografia, paralelo sempre retomado por Certeau, toma a diferença e a alteridade em si como objetos de estudo. Os diálogos dessa perspectiva são inúmeros: pela via que optamos, ao encarar os discursos como singularidades e usar do pensamento foucaultiano para efetuar a crítica do fazer historiográfico, o papel da responsabilidade ética com a alteridade ganha importância capital. Tanta importância porque evidencia que a produção de sentido é sempre construída de maneira exterior ao que se chama de passado; o fenômeno não está dado, é o historiador quem lhe impõe uma significação.

Nesse sentido, *L’absent de l’Histoire* problematiza tanto o corte fundador dessa alteridade quanto o encontro do historiador com esse Outro, e nos chama a atenção para a manipulação desses vestígios na construção desse *túmulo escriturário*. É com o texto historiográfico que o historiador dá lugar ao que passou: o exótico, agora civilizado, pode ser visto por sua efígie. Essa representação busca dar a conhecer o passado ao presente, e há quem tome a representação pelo representado; para Certeau, a distância entre as duas esferas é bem clara: o passado é o ausente da história.

MICHEL DE CERTEAU, A ESCRITA E A LEITURA DA HISTÓRIA: PARA ALÉM DO IMPASSE EPISTEMOLÓGICO

Ao longo de sua obra dedicada especificamente ao ofício do historiador – “A Escrita da História” – Michel de Certeau aos poucos delineia sua definição de história: trata-se de um saber *heterológico*, um discurso que se fundamenta na alteridade. “O Outro é o fantasma da historiografia. O objeto que ela busca, que ela honra e que ela sepulta” (CERTEAU, 2008, p. 14): esse Outro – criado no corte arbitrário entre passado e presente, entre um objeto a ser conhecido e um sujeito a decifrá-lo – é a figura que a prática historiográfica cortará, deslocará a fim de falar em seu nome e, ao mesmo tempo, calá-lo. Ora, mas se não é esse Outro quem fala no discurso histórico, mas apenas *de quem e por quem* se fala, a questão que intrigará este texto como vem intrigando gerações de historiadores é: de onde vem a crença de que o discurso histórico está investido de uma capacidade de fazer ressurgir o passado? Ou, de outra forma, o que nos leva a crer que esse Outro de que o historiador fala se trata do passado em si, e como isso torna a narrativa historiográfica diferente da literatura ficcional⁶⁴?

O próprio Certeau tem uma resposta – certamente especulativa e provisória, mas não menos crítica e relevante – a tal pergunta. No mesmo livro, pode-se apreender um sentido geral no qual essa resposta jaz no túmulo escriturário construído pelo historiador para honrar os fantasmas do passado; a crença na narrativa vem de seu aspecto de monumento ao morto, das vozes passadas recortadas e deslocadas para o texto, sobre as quais o historiador constrói sua explicação através da narrativa. Mas penso que podemos tornar tal resposta mais complexa se retomarmos as análises acerca da leitura em “A Invenção do Cotidiano”. Ora, se o historiador produz um texto, pode-se dizer com certa segurança que falta ainda um passo para que tal texto produza sentido no mundo da experiência: falta-lhe o leitor. Eis que a leitura configura um dos grandes problemas para a historiografia contemporânea: que faz o leitor com aquilo que lê? Pode-se pensar a leitura como passividade e absorção? Ou, se não, qual a margem de liberdade para a interpretação e a apropriação? Pensar a leitura nos sentidos de prática e de apropriação fornece referências para pensarmos esse momento no qual o texto retorna ao mundo da experiência pela leitura, refigurando essa dimensão e a própria subjetividade. E aqui invocamos um filósofo importante para tal diálogo: Paul Ricoeur.

⁶⁴ Da mesma maneira que Paul Ricoeur no primeiro tomo de Tempo e Narrativa, uso aqui os termos ficção e ficcional em seu sentido vulgar, a saber, o oposto do real. Cabe, no entanto, a advertência ao uso dos termos por Certeau, que por vezes se alinham à concepção de ficção na psicanálise lacaniana ou ao sentido de “invenção”, que escapa à sua oposição ao real.

Em “Tempo e Narrativa” – particularmente nos tomos 1 e 3 – Ricoeur discutirá sua tese segundo a qual a narrativa é uma ferramenta (ou *a* ferramenta por excelência) a partir da qual o homem é capaz de significar o tempo e suas experiências ao longo do tempo. Nesse sentido, seria inescapável pensar também a narrativa da história – já não tomada a partir da crítica caricatural dos *Annales* à narrativa política e *événementielle*, mas em certo sentido mais abrangente, tomada como determinada organização do discurso de acordo com determinadas regras (RICOEUR, 2010, v. 1, p. 237-289). Eis que em tal sentido de narrativa, cabe necessariamente pensar na *composição da intriga* e no *círculo mimético* da trama; para Ricoeur, tal círculo pode ser dividido em três etapas gerais – as quais ele denomina Mímesis I, Mímesis II e Mímesis III. Embora a discussão geral seja de muita valia ao processo de produção de sentido pela historiografia, mantereí o foco no tema deste texto, a leitura, e, portanto, tomarei apenas a Mímesis III para a este trabalho⁶⁵. É preciso lembrar sempre que se trata de um empréstimo arbitrário e parcial, o que significa dizer que há certa chance de que meu uso de determinado raciocínio não coincida com as tão infames “intenções autorais” – mas tentarei explicitar tanto quanto for possível o sentido desse empréstimo e seus desvios.

Ricoeur diz assim: “[...] a narrativa alcança seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir e do padecer na mímesis III.” (RICOEUR, 2010, v. 1, p. 122-123). Trata-se então do processo pelo qual a narrativa estruturada por um agente será recebida por outrem – processo no qual vemos então a refiguração e a apropriação do texto por ele. Ora, se “[...] é de fato no ouvinte ou no leitor que termina o percurso da mímesis” (ibid., p. 123), já não se pode considerar que a crença da ligação direta entre o discurso historiográfico e o passado real de que fala se produz exclusivamente na obra escrita do historiador. Se, portanto, o texto só adquire sentido pleno em sua leitura e no seu retorno à dimensão da experiência, também a construção desse *efeito de real*, sendo parte do sentido do texto historiográfico, só poderia se completar, em tese, na leitura operada pelo receptor. O próprio Ricoeur chega a formular a questão em termos de um pacto tácito entre historiador-autor e leitor através do texto que fundamentaria tal crença⁶⁶, mas manter-me-ei no terreno aberto por “Tempo e

65 Mesmo que entre as páginas 124 e 127 Ricoeur desenvolva uma objeção contundente à questão do ordenamento do caos – questão tão importante em Certeau – entendemos que o argumento de Certeau aponta para a *vontade de ordem* do historiador ao invés da *ordem de fato*; trata-se então de uma abordagem crítica dessa *vontade* mais do que a consideração de que a narrativa é totalmente ordenada. Desenvolvo este ponto em outro texto.

66 Cf. RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales HSS*, v. 55, n. 4, p. 731-747, 2000.

Narrativa” – que significa também deixar de lado os importantes desenvolvimentos de “História, Memória e Esquecimento”.

Mas é aí que retomo Certeau: em “A Invenção do Cotidiano” uma das práticas de natureza tática que ele evoca se trata justamente da leitura: “[...] ler é peregrinar por um sistema imposto (o do texto, análogo à ordem construída de uma cidade ou de um supermercado)” (CERTEAU, 1994, p. 264); ou ainda: “[O leitor] não toma nem o lugar *do* autor nem um lugar *de* autor. Inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a “intenção” deles.” (ibid., p. 264-265, grifos meus). Longe de ser ele mesmo um filósofo ou psicolinguista em busca de uma fenomenologia da leitura, Certeau instrumentaliza a análise desses para construir sua crítica à “ideologia do consumo passivo”. Ora, da mesma maneira como o pedestre inventa seu percurso em meio à ordem urbana estabelecida, também o leitor é capaz de reorganizar e deslocar os sentidos colocados pelo autor; o sentido *pretendido* pelo autor se mostra diferente – às vezes até mesmo incompatível – com o sentido *feito*⁶⁷ pelo leitor.

Encontramos então o ponto de encontro a partir do qual elaboro este trabalho. Dá-se como pressuposto primeiro que a leitura não é tratada aqui como passividade, mas como atividade transformadora de sentidos; um segundo pressuposto é relativo ao sentido: há que se distinguir *sentido proposto* e *sentido feito* para entender a produção do “efeito de real” em ambas as instâncias – e ambos os sentidos relacionados fortemente a duas dimensões sociais da leitura, a leitura autorizada e a leitura não-autorizada, que evocarei mais adiante.

Sobre a folha dança a caneta

De todo o trabalho complexo da pesquisa, com seus fundamentos minuciosamente trabalhados por Certeau e tantos outros autores, eis que nasce – em meio, ou ao final de uma pesquisa – o texto. Fundamentado justamente na premissa binária que descartamos na introdução deste texto, a saber, de que escrever é uma atividade criativa e poderosa, e ler é apenas receber e absorver passivamente, o campo profissional (não somente da história, mas também ele) considera que a pesquisa só existe na medida em que se produzem textos sobre ela. Sobre tal entendimento, também o financiamento desse trabalho

⁶⁷ Penso em “feitura” mais do que “criação” ou “invenção”, ou ainda “construção”, em referência direta à denominação dada pelo próprio Certeau a essas operações: “*arts de faire*”, artes de *fazer*, ligando-se claramente à questão de “fazer com”, “fazer de”, um sentido transformativo, e não meramente responsivo.

está diretamente condicionado à *escrita* referente ao caminho e aos resultados do mesmo. Por um lado, tal condicionamento se fundamenta também na obrigatoriedade de tornar público o saber construído com financiamento público (caso do Brasil), o que considero perfeitamente cabível por motivos que fogem de nosso limite neste texto. Por outro, considera-se que a leitura, principalmente a leitura profissional, armada de códigos específicos para a decifração dos textos de seu campo, não só é uma condição *sine qua non* do exercício profissional (e não o seria também a escrita?), mas que é também um aspecto privado – ler não permite que o público se aproprie também daquilo que o pesquisador pensou.

Eis que, por essas e outras razões, o pesquisador de história cedo ou tarde se defronta com uma folha de papel (ou a tela de um editor de texto no computador) para narrar os meios ou fins de sua pesquisa. O historiador, ele também um ávido leitor – de suas fontes e de seus pares –, encontra-se então de frente ao abismo da folha em branco: lugar (ou *não-lugar*) do qual não se pode voltar ileso. De forma análoga à da pesquisa, tal como analisou Certeau (2008, p. 81), o texto começa a partir de uma *separação*: materialização de todo o processo mental no qual os objetos criados se ordenam de acordo com as inquietações do historiador, a narrativa separará mais uma vez os elementos – desta vez da pesquisa já caminhante – para dispô-los no ordenamento de um texto coeso e coerente. Mas se essa estrutura de ordenamento é comum à narrativa ficcional e a histórica, onde se *produzirá* o real de que pretensamente fala o historiador?

Para Certeau, antes de tudo, o discurso histórico lança mão de uma cronologia vetorial que dá forma e sentido ao discurso no tempo:

Quer participe (ou não) de uma temática do progresso, faça drenagem das longas durações ou conte uma sequência de “episteme”, enfim, qualquer que seja o seu conteúdo, a historiografia trabalha para encontrar um presente que é o término de um percurso, mais ou menos longo, na trajetória cronológica (a história de um século, de um período ou de uma série de ciclos). (CERTEAU, 2008, p. 97-98)⁶⁸

68 Parece-me especialmente significativo nessa citação a referência a três organizações bastante específicas da historiografia de seu período (meados do século XX): o *progresso*, seja sob a forma liberal *événementsielle*, seja sob a forma da teleologia marxista, as *longas durações* da crítica braudeliana e a *episteme* de Foucault, marco por excelência da ruptura e da descontinuidade, todos os três se situam, segundo Certeau, no espaço da lógica cronológica imposta pela formulação discursiva da prática historiadora. Mas ele completa: “Quando o relato é histórico, entretanto, resiste à sedução do começo; não cede ao Eros da origem. Não tem por meta, como o mito, encenar a autoridade necessária e perdida sob o aspecto do evento que não ocorreu.” (CERTEAU, 2008, p. 99); trata-se então de perceber que a mesma lógica cronológica não necessariamente impõe o fetiche com as origens.

Em outras palavras, mesmo que se abandone o postulado de uma evolução qualitativa – seja positiva ou negativamente, seja do passado obscuro ao futuro brilhante, seja o caminho inverso – a composição discursiva impõe ao relato essa ordenação de antes e depois. Há que se reconhecer, com efeito, que a mesma narrativa permitirá a distinção entre o *tempo discursivo* e o *tempo das coisas* (ibid., p. 96), que permitem ao historiador que ele se detenha em tal ou qual parte de sua narrativa de acordo com suas necessidades ou desejos. Mas ainda assim se trata de conferir um sentido ao que estava disperso anteriormente: mesmo que não importe a origem, ou que não se tenha vistas a um projeto futuro, o sentido está lá, assegurado pelo pressuposto de que o tempo da narrativa histórica passa como o tempo físico, de um presente (passado) até um futuro (o fim do recorte do historiador, ou o presente).

Entra aqui então um fator relevante na construção de significado pelo relato histórico: combinando essa estrutura narrativa à exposição “lógica” dos argumentos em torno das fontes, o historiador busca “[...] dar um conteúdo verdadeiro (que vem da verificabilidade), mas sob a forma de uma narração.” (ibid., p. 100). Eis a fórmula que tanto produz problemas para a historiografia: como é possível articular proposições verificáveis, lógicas, de maneira narrativa, estrutura do discurso cuja fundação na poética aristotélica não se refere em absoluto à *verdade*, mas apenas ao *verossímil*? Ou, em um segundo momento, considerando que a historiografia seria esse gênero misto de narrativa e lógica verificável, ao se localizar nesse *entremeio* (*entre-deux*), a qual dos polos a historiografia se aproximaria mais?

Parece-me que para Certeau é infrutífero buscar uma resposta única para essas questões, já que cada narrativa histórica jogaria com determinados critérios. Para essa ideia, baseio-me na seguinte fala, que permitirá avançar o raciocínio para nosso ponto-chave:

[...] o discurso produz um contrato enunciativo entre o remetente e o destinatário. Funciona como discurso didático, e o faz tanto melhor na medida em que dissimule o lugar de onde fala (ele suprime o *eu* do autor), ou se apresente sob a forma de uma linguagem referencial (é o “real” que lhes fala), ou conte mais do que raciocine (não se discute um relato) e na medida em que tome os seus leitores lá onde estão (ele fala sua língua, ainda que de outra maneira e melhor do que eles). (ibid., p. 102-103, grifo do autor)

A narrativa então se produziria plenamente apenas na relação entre um remetente e um destinatário: guardemos essa referência crucial. No esforço de tornar a alteridade compreensível ao leitor, o historiador então se posicionaria no entremeio de que falávamos de acordo com determinados critérios, como coloca Certeau. Trata-se, primeiro, da possibilidade de tornar o discurso limpo – omitir o *eu* do autor, ou recorrer ao *nós* do lugar

que autoriza, tem um duplo efeito: por um lado, busca retirar da narrativa sua carga subjetiva, e portanto política, trazendo-a para o universo do discurso técnico, objetivo; por outro, remete a um tipo diferente de política, a do *lugar social*, apoiando a objetividade do texto sobre o pretense suporte dos pares qualificados, produzindo uma credibilidade técnica a respeito do assunto.

Em segundo lugar, a referência ao real surge como outro nível de credibilidade. Neste, a dimensão discursiva do texto histórico busca se omitir ou se travestir: papel análogo ao do “Era uma vez”, trata-se aqui de insinuar uma relação direta com a realidade (a alteridade) de que se fala, como se não houvesse mediação. Ocultando as lacunas dos materiais, o historiador transforma sua narrativa em um todo coerente capaz de elipsar aquilo sobre o que não se pode falar por falta de fontes, recobrando suas conexões causais com um véu narrativo.

Terceiro: apoiando-se mais sobre o que fala o relato e menos sobre as conexões lógicas, indutivas ou dedutivas, o historiador se protege com o escudo do Outro. “Ora, é o Outro quem vos fala! Não se trata de uma elucubração minha!” diz o escritor. E como seria possível discutir o Holocausto com um sobrevivente?⁶⁹ Imposta essa cesura entre o relato, indiscutível, e a crítica historiadora, discutível, reforça-se a produção de uma referência direta ao plano da experiência passada. Neste sentido, o historiador reviveria, como queria Michelet, a voz do povo silenciado que assombra os cemitérios dos vivos. Da mesma maneira, mesmo quando quem narra é o historiador, ele está protegido do terreno perigoso da exposição lógica: enquanto seus argumentos podem ser criticados, a narrativa por si mesma só pode ser alvo de uma crítica formalista, que pouco interessaria ao historiador profissional, “arauto” da “verdade histórica”. Eis que o conteúdo do relato, mesmo que produzido pelo historiador, o *contar* de sua história, constitui uma ilha: só é possível acessá-la criticamente explorando o mar argumentativo ao redor; somente minando as proposições (explícitas ou implícitas) que a dão forma é que se pode protestar.

O último ponto retoma de certa maneira os três anteriores. Ora, o historiador fala a língua de seu leitor, certamente, mas a fala apoiado em uma certificação. Afinal de contas, ele é um profissional treinado para falar *sobre o e pelo* passado *para nós*; um contador

69 Considero que Dominick LaCapra tem feito os avanços mais significativos no tocante à narrativa do Holocausto: cf. LACAPRA, Dominick. *Trauma, Absence, Loss. Critical Inquiry*, Chicago, v. 25, n. 4, 1999, p. 696-727; idem. *Historical and Literary Approaches to the "Final Solution": Saul Friedländer and Jonathan Littell. History and Theory*, Middletown, v. 50, 2011, p. 71-97; idem. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2001. Penso que há ainda uma história por fazer a respeito dos aparatos políticos cuja intenção clara é reatualizar o trauma com o objetivo de mantê-lo inenarrável. Quanto à dimensão do relato, é preciso sempre lembrar que a memória não é a história, e a historiografia deve se colocar como tarefa colocar em confronto os relatos e outras fontes.

perito, cuja autoridade leitor algum ousaria contestar sem contar com igual qualificação. Trata-se também de captar a dimensão didática: se assim o pesquisador nos fala, é para nos instruir, responder à missão socialmente designada de investigar o passado. Nesse sentido, está sempre pressuposta a verdade da sua narrativa – o que nos levará à questão ética mais adiante.

Mas eis que tais pontos só se fazem relevantes e atuantes na relação com o leitor. Os termos desse contrato – palavra/conceito que uso como elo entre Certeau e Ricoeur – são colocados no momento no qual o leitor inicia a leitura do texto cujo objetivo é narrar o passado. Como eu disse, pressupõe-se que o historiador não vá mentir, omitir, desviar, inventar... Nesse sentido, todo o aparato de produção de sentido sobre os materiais antes dispersos só se coloca em movimento quando retorna ao mundo da experiência, ou seja, quando é lido.

Leitura: Certeau, Ricoeur e as ranhuras do sentido

“Ler: uma operação de caça”: é esse o título do capítulo que Certeau dedica especificamente à leitura em “A Invenção do Cotidiano”. Para ele, “[...] um sistema de signos verbais ou icônicos é uma reserva de formas que esperam (sic) do leitor o seu sentido.” (CERTEAU, 1994, p. 264). Não significa aqui ignorar que há, sim, um sentido original, autoral; significa apenas relativizá-lo (palavra perigosa) em relação ao seu consumo. Com efeito, trata-se de perceber a linguagem em seus usos múltiplos, colocada em prática: se a metáfora serve para o autor como uma maneira de tomar as palavras fora de seus sentidos usuais, pode-se dizer que toda leitura será sempre metafórica – ao leitor cabe essa atividade *inventiva*, retomando o sentido de *inventio*, ou seja, não no sentido retórico, mas no de reorganizar elementos pré-existentes em um sentido outro: *fazer com*.

Paul Ricoeur não poderia deixar passar essa dimensão que ele associa ao que chamou de terceiro momento do círculo mimético, ou círculo hermenêutico – denominado mimesis III. É preciso lembrar aqui que Ricoeur tem uma posição prospectiva em relação à história bastante definida: para ele, mesmo sem recuperar o *topos* antigo da “história mestra da vida”, o homem pode apreender algo da história narrada no sentido de que as estruturas da ação narrada refiguram a experiência ao serem retomadas pela leitura⁷⁰. Neste

70 Michel Foucault, com sua noção de experiência-limite (e, nessa esteira, livro-limite), aponta para o rico potencial que a leitura tem de nos jogar para fora de nossos limites e nos fazer pensar “*autrement*”

sentido, o “círculo” hermenêutico se apresentaria não como um ciclo vicioso, fadado à repetição, mas seria um ciclo virtuoso, haja vista que a refiguração (mímesis III) constituiria um *ganho* de sentido em relação à experiência prefigurada (mímesis I) – isso explicaria o fato de alguns comentadores denominarem tal raciocínio como “espiral” hermenêutica, ao invés de “círculo” (considero tal mudança nominal particularmente irrelevante).

Ora, essa tensão entre experiência prefigurada e experiência refigurada pela leitura aponta mais ou menos diretamente para o seguinte corolário: aquilo que o leitor apreende do texto, aquilo de que se apropria, é um sentido que está sempre colocado em relação ao seu próprio campo de vivência – seu próprio *espaço de experiências*⁷¹. Em outras palavras, estabelece-se aqui a tensão crítica entre o *sentido proposto* pelo autor, a partir de sua experiência prefigurada e de sua intenção simbólica, e o *sentido feito*, elaborado pelo leitor sempre em relação àquilo que constitui a sua própria vivência. O segundo, nesta perspectiva, prevaleceria sobre o primeiro: aquilo que alguns críticos literários chamarão de deturpação da obra nada mais seria, portanto, que a apropriação de um conjunto de signos, cuja elaboração se dá em um universo de sentido particular, por indivíduos pertencentes a um universo outro – sujeitos, portanto, a relações outras de significação. Certeau apontará com precisão, aqui, a constituição do “sentido literal” como uma imposição simbólica, sempre politicamente carregada: trata-se da busca por distinção de determinado grupo em relação aos *outsiders*, à massa, aos não-iniciados:

Essa ficção do “tesouro” escondido na obra, cofre-forte do sentido, não tem evidentemente como base a produtividade do leitor, mas a instituição social que sobredetermina a sua relação com o texto. [...] A utilização do livro por pessoas privilegiadas o estabelece como um segredo do qual somente eles são os “verdadeiros” intérpretes [...] Deste ponto de vista, o sentido “literal” é o sinal e o efeito de um poder social, o de uma elite. (CERTEAU, 1994, p. 266)

Se já não existe esse sentido *guardado*, esse tesouro, essa ligação oculta *sob* as palavras, só podemos pensar então em uma superfície: desaparece então a presunção de um

(parcamente traduzido como “diferentemente”). Cf. O'LEARY, Timothy. Foucault, Experience, Literature. Foucault Studies, Frederiksberg, n. 5, 2008, p. 5-25.

71 A referência indireta a Reinhart Koselleck não é despropositada. Ricoeur formulará sua questão em relação à narrativa da história contemporânea sempre ligando-a ao par conceitual espaço de experiências/horizonte de expectativas, apontando para os recentes encolhimento do primeiro e afastamento do segundo. Entendo, com Koselleck, que “[...] experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. [...] A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. [...] também ela [a expectativa] é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. [...]” (KOSELLECK, 2006, p. 308)

sentido literal, e em seu lugar temos apenas o reservatório de sentidos de que fala Certeau. Pode-se objetar que tal perspectiva nos jogaria nos mares do relativismo absoluto; a tal objeção respondo claramente: a essa análise propriamente formalista, cujo objetivo é evidenciar a ausência do sentido oculto do texto, segue-se uma questão propriamente política. Esbarramos aqui com a citação de Certeau: se o sentido “canônico” é elaborado por determinado grupo, e se se toma como objetivo a inserção em tal grupo, coloca-se o problema de estabelecer a interpretação em meio a relações de poder. Dito de outras palavras, a legitimidade da “interpretação literal” (expressão paradoxal) se apoia menos sobre o texto do que sobre o *campo* no interior do qual se discute o mesmo.

Aqui invoco Pierre Bourdieu, sobre cuja concepção de espaço social, e particularmente seu conceito de campo, construirei as bases para analisar essa dimensão política de que falo. Para ele,

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual [sic] pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes [...] (BOURDIEU, 2000, p. 135)

O campo, neste sentido, seria o resultado do agrupamento simbólico em torno de determinadas referências comuns: pode-se falar, então, em campo intelectual, ou, mais especificamente, em campo literário. É no interior desses conjuntos de relações de poder que se inscreve a luta pela delimitação do sentido oficial de determinados discursos:

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos. (ibid., p. 146)

Para Bourdieu, então, é através dessa luta simbólica que, dentro de um campo determinado, institui-se o *sentido literal*. Trata-se de impor o consenso de maneira mais ou menos explícita através de medidas efetivamente políticas, no sentido de que envolvem uma relação arbitrária de poder. O sentido literal se torna assim mais o produto de uma interpretação canonizada do que o produto necessário de um texto: outro sintoma disso é a disjunção relativamente comum entre o *sentido proposto* pelo autor e o *sentido literal* atribuído pela crítica. Escorrendo pelas ranhuras que a linguagem necessariamente comporta

no texto, a escala de precisão interpretativa se coloca, então, mais em relação a uma política do que a uma hermenêutica.

Eis que chegamos a um ponto que será decisivo para nosso encaminhamento: da tensão conflituosa entre o universo de significados do autor e o do leitor emerge a disjunção fundamental sobre a qual se constituirá toda uma *política do sentido*. A consequência mais evidente e mais relevante para nossa reflexão será a de que a despeito das verdadeiras guerras epistemológicas na historiografia, ao leitor o livro de história ainda parece o relato confiável do passado.

A política do sentido: *sentido proposto e sentido feito*

É preciso novamente esclarecer os termos: entendo como *sentido proposto* aquele que habita o momento da escritura do texto. Não se trata da retomada do texto em momento posterior pelo autor, mas do momento preciso em que a caneta dança sobre o papel ou os dedos sobre as teclas. Esse momento, característico do que Ricoeur localizaria na mimesis II, constitui a materialização – ou ao menos a externalização – de palavras em um sentido determinado pela vivência do autor: seu campo de experiências, mas também a relação deste com seu horizonte de expectativas. Ora, à exceção de alguns poucos, todo autor se dirige a um leitor – ainda que seja a figura de um *leitor ideal*. A tensão entre as experiências e as expectativas, característica crucial da relação do autor com o tempo que vive⁷², atuará sobre a formulação de um sentido que é necessariamente ideal, no sentido de que jamais estará marcado no texto para além das palavras.

De maneira quase que diametralmente oposta, o *sentido feito* é o sentido elaborado na leitura. Dessa forma, o *sentido literal* não deixa de pertencer a esta categoria, com o diferencial de ser imposto politicamente como a leitura oficial, canônica. Mas a categoria abrange também a soma de todos os sentidos possíveis de um dado texto em um dado tempo: das mais ajustadas aos “padrões normativos”, como as leituras acadêmicas, às mais inventivas, como, por exemplo, o clássico caso do moleiro Menocchio. Na impossibilidade de conceber cada sentido possível individualmente, propor a categoria de

72 François Hartog chamará tal relação de *regime de historicidade*. Cf. HARTOG, François. Situações Postas à História. Revista de História, São Paulo, n. 166, 2012, p. 17-33; idem. Régimes d’historicité, Présentisme et Expériences du temps. Paris: Le Seuil, 2003; idem. Sur la notion de régime d’historicité. Entretien avec François Hartog. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick (dirs.). Historicités. Paris: La Découverte, 2009, p. 133-149.

sentido feito é o esforço necessário para apontar a tensão política resultante da disjunção entre a “intenção do autor” e as apropriações de seu texto.

Mas como funcionaria a política do sentido na historiografia? Ora, o que se coloca aqui em questão é precisamente a produção do efeito de verdade. Se, como vimos, o historiador se cerca de ferramentas pelas quais constrói uma narrativa certificada e legitimada pelo Outro citado, e se, como também já vimos, o sentido da obra só se realiza na leitura, temos um problema evidente: a leitura entre os pares e a leitura do público jamais serão as mesmas.

Aos pares cabe a leitura *autorizada*: por estarem situados dentro do campo historiográfico, os pares dominam (ao menos em parte) o mesmo conjunto de referências de que se vale o autor para dar sentido à sua obra; isso significa dizer também que eles podem avaliar com parâmetros definidos o grau de sucesso do empreendimento proposto. Trata-se aqui de um embate interior ao campo específico do saber: como bem lembra Certeau, o livro de história só será reconhecido no campo se o for pelos pares. Mas levar em conta essas referências comuns coloca um problema no nível das pressuposições: os historiadores, entre si, já pressupõem a provisoriedade e os limites de alcance do trabalho histórico. A virtude do debate epistemológico sem fim a respeito da correspondência (ou da falta dela) entre a narrativa e o real é justamente trazer para a arena de discussão a finitude de toda narrativa historiográfica⁷³.

O problema se coloca, no entanto, porque os pares não são os únicos leitores de histórias: a história é, em boa parte dos países ocidentais, disciplina curricular em escolas e universidades; paralelamente a essa dimensão “escolar”, os livros de história se encontram sempre sob a ameaça potencial de serem instrumentalizados para fins políticos outros que não aqueles do *sentido proposto*. O *sentido feito*, então, constitui uma dimensão que não se pode ignorar a respeito do texto histórico. Se os pares já não questionam mais a finitude das narrativas historiográficas, o mesmo não necessariamente acontece entre os outros leitores, que não comungam do mesmo universo de referências e que, portanto, não participam de todo um universo excluído, silenciado, recalcado pela narrativa final.

Não se pode concluir daí que caberia a cada historiador afixar avisos com os dizeres “esta é uma obra provisória”, ou “esta narrativa é uma história contada a partir do presente”: simples enunciados – mesmo que se trate de capítulos introdutórios ou conclusivos das obras – jamais trarão ao leitor toda a carga conceitual de que ele precisaria se munir para

73 A ideia de que o debate interminável constitui uma das virtudes da historiografia, e não um de seus vícios, é endossada pela reflexão de Frank Ankersmit, em recente livro lançado no Brasil (2012).

compartilhar do universo de referências do historiador. Não se trata de formar historiadores entre os leigos: a história é uma dimensão efetiva da experiência humana no ocidente e, como tal, carrega consigo uma responsabilidade que é necessariamente ética – e é aqui que eu gostaria de chegar⁷⁴.

Para além da epistemologia

Em 1973 Hayden White publicou um livro que ficaria famoso na historiografia ocidental contemporânea: *Metahistory*. Não entrarei na discussão a respeito do tema da obra ou de seu conteúdo – seja qual for o *sentido proposto* por White, o fato é que se acendeu em 1973 uma polêmica que ainda se arrasta entre nós⁷⁵. Quase quarenta anos após *Metahistory*, quase meio século desde o início do que Richard Rorty chamaria de *linguistic turn*, a epistemologia da história feita por historiadores (e mesmo aquela feita por filósofos, necessariamente mais qualificados no plano das ideias, mas cujos raciocínios quase sempre deixam a desejar no plano da historicidade) ainda se debate com os fantasmas de uma ameaça que estudos recentes mostram jamais ter sido feita⁷⁶. A epistemologia da história encontrou na questão do real um beco sem saída: de um lado, as fortes afirmações da impossibilidade de uma relação direta entre realidade e discurso; de outro, o apontamento de que apesar de se aceitar essa impossibilidade, o historiador permanece trabalhando *como se* estivesse tratando da realidade.

É evidente que se trata da simplificação do panorama. Seria impossível trabalhar a complexidade dos debates que se arrastam por tanto tempo em poucas páginas. Mas o impasse com o qual todos concordam é esse: mesmo que não se possa falar do real, nós falamos, e produzimos saber.

O que me parece, no entanto, é que o esforço hercúleo em mostrar as possibilidades de construir saber apesar das dificuldades linguísticas – e mesmo as variações que buscam pensar temáticas outras nos velhos autores – ofuscou uma dimensão fundamental

74 Considerar a história como uma dimensão da experiência humana é traço característico da hermenêutica de Paul Ricoeur. Tomo de empréstimo tal perspectiva com as devidas ressalvas que tenho com relação à possibilidade de uma hermenêutica *de fato*.

75 Ginzburg replica a White até em seus escritos mais recentes; pesquisas como a de Estevão Martins, Jurandir Malerba e outros, com sua leitura bastante peculiar da obra de White, perpetuam um tipo de fobia, de desconfiança e de insegurança implícita quanto ao estatuto epistemológico da historiografia.

76 O 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia, realizado em Mariana/MG em 2012, teve como tema o balanço do *linguistic turn* na historiografia. Gostaria de destacar particularmente que inúmeros trabalhos apontaram para o fato de que a crítica de White se dá em um âmbito bastante determinado e delimitado, e que a ameaça de “igualar história e literatura” jamais passou de uma interpretação bastante equivocada de sua obra.

do trabalho historiográfico: o historiador fala para sua sociedade tanto quanto fala para seus pares. Se a dimensão avaliativa do campo é quem vem direcionando as práticas da historiografia contemporânea, por outro lado há grupos sociais se apropriando dos resultados dessas pesquisas. Como coloca firmemente Certeau, a história é o enfrentamento pelo presente de seus fantasmas, de seus mortos que ainda perambulam pelas ruas. É preciso então se perguntar: mesmo que a epistemologia não seja capaz de resolver o problema de como se produz conhecimento mesmo na impossibilidade de traduzir o real em discursos, esses mesmos discursos estão atuando. O uso da história não parou para esperar a solução das aporias linguísticas em que nos encontramos na academia.

Parece-me que essa desatenção para a dimensão prática da história – no sentido de seu uso escolar, de seus usos políticos, entre outros, quer se concorde com eles ou não – é sintoma claro da disjunção entre história acadêmica e história escolar – ou, mais genericamente, *história pública*⁷⁷. Pode-se considerar, também, como sintoma do afastamento entre experiência e expectativas de que falam Koselleck e Ricoeur: por um lado, descartou-se a experiência tanto do *topos* da “história mestra da vida” quanto da ideia de que o conhecimento histórico seria exclusivamente acadêmico; por outro, a expectativa de uma resolução epistemológica ao impasse linguístico se afasta cada vez mais. Trata-se, é claro, de uma hipótese bastante inicial, mas ainda assim relevante de ser notada para que se possa, no futuro, dar-lhe formas mais definidas.

É neste sentido que Michel de Certeau, a partir da construção de uma tensão interna à sua obra entre escrita e leitura da história, permite escapar aos debates infundáveis sobre a linguagem: o historiador *propõe* um sentido e uma representação de realidade, e o leitor – principalmente o não-autorizado – *faz*, a partir desse reservatório de signos, o seu próprio sentido narrativo a partir do *contrato*, do *pacto tácito*, a partir do qual se presume que o historiador está socialmente incumbido de tratar do passado. E perceber que, independentemente das elucubrações epistemológicas, esse contrato ainda funciona socialmente, auxiliar-nos-á a deslocar a discussão para além da epistemologia: trata-se de pensar a dimensão ética do fazer historiográfico.

Contentar-me-ei em apontar duas frentes desse novo problema: em primeiro lugar, a ética quanto ao próprio ofício, e em seguida a ética enunciativa. Explico: o primeiro ponto se refere à questão da “impossibilidade de correspondência entre real e discurso”. Ora, que as dimensões estejam apartadas por uma distância irrecuperável, trata-se de um consenso

77 Não entrarei diretamente no mérito da discussão da história pública, já trabalhada em outro texto. Uso aqui o termo para me referir à dimensão pública da história enquanto parte da experiência humana.

atual; o problema é que, independentemente dessa constatação, as sociedades (e mesmo os intelectuais) continuam produzindo discursos, e esses discursos *funcionam e põem em funcionamento*. Neste sentido, a questão epistemológica da possibilidade ou impossibilidade da narrativa se coloca como um falso problema; é preciso se perguntar, então, pelo fundamento necessariamente ético – e também político – da possibilidade ou impossibilidade da narrativa. Se a historiografia é o campo responsável pelo processamento da memória social, se o historiador é mesmo o construtor dos túmulos para os fantasmas do passado, como quer Certeau, é preciso se indagar: pode-se *não* narrar? Pode-se permitir que a reatualização do trauma impeça o esforço narrativo? Elaborando um pouco mais: quais os interesses políticos envolvidos na impossibilidade da narrativa – ou na possibilidade de apenas uma narrativa?

O segundo ponto, quanto à ética enunciativa, vai incidir principalmente sobre a questão: para quem fala o historiador? Em outras palavras, pensar a dimensão ética da enunciação coloca como problema a escrita como produto da pesquisa histórica: é aceitável perpetuar um modelo de saber surdo às suas responsabilidades? Trata-se de pensar, então, a possibilidade da crítica à própria disciplina da história em âmbito escolar, propriamente curricular. Que história se ensina? Ou melhor: que história *nós* ensinamos?

Não se trata, é claro, da busca por uma ética normativa⁷⁸. Entendo por “ética normativa” um conjunto de regras impositivas ao trabalho historiográfico. Não. Trata-se antes de buscar cuidados que, se não são proibitivos, colocam perguntas que precisam ser respondidas se consideramos abandonada a erudição gratuita da modernidade. Ou seja, se a história é uma história-problema, e se ela é necessariamente uma história que parte do presente, o questionamento ético que aponto como saída para a situação aporética da crítica linguística da historiografia se coloca como um passo necessário. Como Ricoeur, não penso em superar, solucionar a aporia; o objetivo é sempre fazê-la funcionar produtivamente.

Enfim, o que a obra de Michel de Certeau permite, tomada na articulação que aqui construí, é a possibilidade de levar a discussão para além da epistemologia: historiadores são, em sua maioria, péssimos epistemólogos. No entanto, como o próprio Certeau diz com certo grau de certeza, o lugar da discussão teórica em história deve sempre estar ligada ao *fazer*, à *prática*. E neste sentido preciso, entendo que a epistemologia já nos disse o suficiente: agora é preciso que pensemos as consequências éticas desses desenvolvimentos sobre o ofício que nos ocupa.

78 O professor Sérgio da Mata, no Seminário Brasileiro de História da Historiografia, lembrou-me com muita propriedade: “toda ética é normativa”. Ainda assim, insistirei na redundância para enfatizar uma determinada concepção de ética cujo objetivo é um tipo de proibição cega.

"PASSADO HISTÓRICO, PRESENTE HISTORIOGRÁFICO": CONSIDERAÇÕES SOBRE "HISTÓRIA E ESTRUTURA" DE MICHEL DE CERTEAU⁷⁹

Para a geração de historiadores franceses do século XX devotados a pensar o estatuto epistemológico da historiografia, da qual Michel de Certeau faz parte, o ofício não seria um dado acabado, mas uma série de disposições e operações histórica e socialmente localizáveis a partir das quais se constituiria a disciplina tal como a conhecemos. É conhecida a fórmula tripartite que Certeau elaborou em “A Escrita da História”: a historiografia seria a articulação entre um *lugar*, uma *prática* e uma *escrita*. A partir de tal concepção é possível pensar nossa prática como uma atividade a ser problematizada, ao invés de ocultada nas linhas escritas pelo pesquisador. Mas para ele a reflexão teórica em história tem um lugar preciso: ela

[...] é pertinente quando a prática histórica torna-se o lugar de um questionamento; caso contrário, teríamos uma problemática do tipo ideológico, uma forma de sonho desvinculado das questões que, efetivamente, se formulam no decorrer de um procedimento científico na área de história. (CERTEAU, 2011, p. 163)

Deter-me-ei por um instante nesta citação. Tomar a prática histórica como lugar de um questionamento, como já disse, implica em desnaturalizar aquilo que nós, historiadores, fazemos. Trata-se de tirar desses procedimentos o estatuto meramente técnico e de reintroduzi-los na lógica da historicidade, e assim pensá-los como produtos de um campo profissional delimitado. Para Certeau, então, as questões levantadas por esse tipo de epistemologia da história deve, necessariamente, ter como fundamento e referência a prática efetiva da história⁸⁰. Isso responde principalmente à objeção – ainda muito comum – de grandes historiadores aos mares nebulosos e abstratos da epistemologia filosófica: mesmo quando trabalha com abstrações, o historiador que se devota a pensar sua prática deveria ter sempre como objetivo pensar suas situações reais de trabalho, e não os problemas clássicos da filosofia. Se distanciar por demais do lugar social demarcado para os historiadores seria se arriscar a se perder no “sonho ideológico”.

⁷⁹ Versões preliminares deste texto foram apresentadas sob a forma de comunicações e de artigo ao longo do período do mestrado.

⁸⁰ Frank Ankersmit (2012) também declara que a reflexão filosófica sobre a escrita da história deve tomar por referência aquilo que o historiador efetivamente faz, e “[...] evitar tentar conduzir a escrita da história em uma direção ou outra.” (2012, p. 325)

O procedimento científico citado se refere ao conceito bastante particular de ciência que encontramos em Certeau: o científico trata da “[...] possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam “controlar” *operações* destinadas à *produção* de objetos determinados.” (CERTEAU, 2008, p. 109, grifo do autor). É um conceito que traz em si, mas apenas implicitamente, algumas questões que me parecem ser bem claras para Certeau, como o problema da referência ao real ou das condições da verdade em história. Sem ceder ao ceticismo pós-moderno – se é que se pode falar de *um* pós-modernismo – ele traça o problema da referencialidade a partir de um flerte com a psicanálise freudiana e lacaniana, fundamentando seu conceito de ciência sobre noções bem claras de historicidade do saber e do problema das relações entre o discurso e seu outro, o real. Assim, tais regras estão sempre colocadas na tensão tripartite da operação historiográfica, e não pretendem funcionar como leis universais⁸¹. Eis que Certeau propõe pensar tais procedimentos a partir da sua própria prática: a história religiosa do século XVII. Deter-me-ei, portanto, no texto “História e Estrutura”, parte do livro “História e Psicanálise: entre ciência e ficção” (2011 [1987; 2002]), para uma análise mais local, precisa e cuidadosa dos elementos pertinentes; eventuais diálogos com “A Escrita da História” (2008 [1975]) são inevitáveis, mas não constituem necessariamente a parcela principal de meu argumento neste texto.⁸²

No início, um mundo imaginado

Para ele, todo trabalho historiográfico começa a partir de uma ideia bastante particular acerca do passado e daqueles sobre os quais o pesquisador debruçará sua atenção. O início da prática é análogo ao trabalho do *crocheteur*⁸³: “[...] ele transforma essas coisas [os objetos descartados], dependurados na ponta de seu gancho, no sonho da casa que ele nunca chegará a entrar; ou no sonho de refeições e de intimidades que ele nunca chegará a conhecer.” (CERTEAU, 2011, p. 164). Lembremos aqui que em “A Operação Historiográfica” Certeau

81 Neste sentido, discordo da interpretação de Roger Chartier, segundo o qual “Tais critérios de validação não são ligados a uma instituição específica. Eles não são nem etnicamente fundados nem orientados pelo gênero.” (CHARTIER, 1998, p. 256) Penso que o mérito da perspectiva de Certeau é justamente oposto a essa leitura, apontando para a historicidade dos critérios de validação do saber e das relações de poder intrínsecas ao lugar social de produção. Portanto, compartilho da leitura de Richard Terdiman (1992; 2001), Peter Burke (2002) e Torbjörn Wandel (2000) quanto à originalidade de Certeau em relação a esse aspecto.

82 Elaboro em outro texto, a ser publicado posteriormente, a leitura comparativa de textos publicados em mais de uma versão por Certeau (como a “Operação Histórica” e a “Operação Historiográfica”, por exemplo, entre outros textos das coletâneas “História e Psicanálise” e “Heterologues”). Opto, portanto, por não considerar o pensamento de Certeau como um todo fechado; é preciso pensar também nos caminhos abandonados, nas noções tornadas mais precisas, na emergência de novas temáticas.

83 Tipo de catador de rua que usa um gancho (*crochet*) para separar e pegar os objetos das lixeiras.

diz que todo trabalho histórico “[...] começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira.” (CERTEAU, 2008, p. 81, grifo do autor). Essa *catanção*, gesto constitutivo da historiografia, procede pinçando elementos dispersos no plano da experiência e os organizando segundo um critério imaginado pelo historiador: trata-se de ordenar o heterogêneo⁸⁴ e, mais efetivamente, encontrar o Outro apenas no plano da imaginação – portanto, sem sair do território do Mesmo. Mas o historiador não pode se deter por aí: após a separação dos materiais é preciso investigá-los, questioná-los, problematizá-los. A historiografia francesa do século XX formulou essa questão muito habilmente: as fontes, eternos ancoradouros do historiador, não falam por si mesmas; é preciso que o historiador as questione, as interroge, formule problemas para que possa retirar dali o material efetivo de sua narrativa.

Nesse processo de avaliação das fontes, aos poucos o historiador percebe o processo sem volta do afastamento desse Outro: “Desse momento, escalonado incessantemente no tempo, é que data o nascimento do historiador; *essa ausência é que constitui o discurso histórico.*” (CERTEAU, 2011, p. 164, grifo meu). Ora, o passado vai se mostrando irreduzível à imaginação do historiador; aquele mundo sonhado encontra a resistência de vozes dispersas e heterogêneas – e perceber esse afastamento despedaça a ilusão de homogeneidade de que se munia o olhar sonhador. A alteridade postulada socialmente pelo corte entre presente e passado se impõe ao historiador por essa diferença irreduzível:

A “ressurreição” do passado consiste em elaborá-lo de acordo com nosso desejo. Ora, tal operação revelava-se impossível. De fato, esses cristãos do século XVII *tornavam-se*, para mim, estrangeiros: não graças ao que eu conhecia a seu respeito, mas ao que eu me apercebia de minha própria ignorância e da sua resistência. (CERTEAU, 2011, p. 165, grifo do autor)

O passado não se curva à vontade imperiosa e colonizadora do historiador. A diferença antes postulada agora se apresenta de fato: encontramos aquilo que *não somos*, aquilo que *foi*, e é nesse instante que cruzamos a fronteira entre o Mesmo e o Outro. À diferença postulada, o historiador responde imaginando; à diferença de fato, ele responde

84 Embora Paul Ricoeur argumente habilidosamente que a experiência não seja totalmente heterogênea, penso que a ideia em questão – tanto no ordenamento inicial dos materiais quanto na captura final da alteridade na produção do texto historiográfico – trata de uma *vontade de homogeneizar o heterogêneo*. Foge do meu escopo, no entanto, discutir a hermenêutica dessa vontade. Para mais, cf. RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (3 volumes) – especialmente o volume 1.

avançando sobre esse espaço desconhecido, que resiste à vontade de compreendê-lo⁸⁵. Essa vontade colonizadora e imperiosa é sempre colocada em analogia com o avanço colonialista europeu no período moderno: a linguagem do presente avança sobre o material – ele também presente, mas que traz valores que remetem ao passado – e lhe impõe uma lógica determinada. E para explicar essa diferença Certeau encontra pela primeira vez no texto o conceito de estrutura:

Tal operação me ensinava, e nos ensina – a nós, historiadores – que existe, *oculto em tal* passado, certa estruturação que nos oferece resistência; e, por outro lado, *oculto em meus* preconceitos ou nas nossas intenções presentes, um tipo de estruturação que determinava o primeiro olhar da curiosidade focalizada neles. (CERTEAU, 2011, p. 165-166, grifo do autor)

Pode-se perceber que a *estruturação* evocada é dupla: não é exclusividade de um passado retomado, estranho, sobre o qual a luz da racionalidade presente atuaria iluminando suas ignorâncias. Certeau percebe que também nós estamos *estruturados*, e é só em função dessa estruturação que nossa curiosidade – o olhar sonhador – se volta para esse passado. É esse choque de estruturas que indica a falha no lugar que o historiador imaginava uma continuidade: o choque da singularidade daquilo que foi e não é mais.

Tal colocação nos permite uma pausa: há quem objete a tal perspectiva o fato de que hoje é possível pensar uma história do presente, ou história imediata⁸⁶, operacionalizando a crítica do historiador a acontecimentos presentes, e, portanto, as colocações de Certeau estariam superadas. Essa objeção pode ser atacada por duas frentes: em primeiro lugar, remeter-me-ei à concepção de tempo como “triplo presente” de Agostinho tal como analisada por Paul Ricoeur para argumentar que tal objeção dá ao presente uma extensão que não resiste à prova; em segundo lugar, retomarei François Hartog e seu conceito de regime de historicidade para lembrar que a capacidade de historiar e historicizar determinado período em determinado sentido é também histórica – ou seja, capaz de se reconfigurar ao longo dos tempos e das sociedades.

85 A *compreensão* em Certeau remete sempre a um jogo entre dois sentidos: *entender* o Outro (o papel da empatia na compreensão, *verstehen*) e também *cercá-lo* no esforço para reconduzir essa alteridade à mesmidade, homogeneizando a experiência tão diversa ao inscrevê-la na estrutura do texto.

86 Não me parece relevante precisar as distinções entre “história do tempo presente” e “história imediata” neste texto. Basta perceber que ambas se referem ao que o historiador considera ser ainda o *seu* tempo.

Condições de possibilidade de uma história do presente

Primeiramente, o tempo “triplo”: Agostinho dedica parte de suas *Confissões* ao problema do tempo em dimensão distinta do tempo físico de Aristóteles; trata de pensar o tempo humano a partir do enfrentamento do argumento cético do tempo como não-ser⁸⁷: o passado não é mais, o futuro não é ainda e o presente não permanece. Para Agostinho, após depurar o problema, pode-se pensar o tempo em relação à *intentio* e à *distentio animi*; tal concepção presume a ideia do triplo presente. Que seria isso? Para ele, o passado e o futuro só se apresentam ao homem como memória e expectativa, respectivamente; isso significa dizer que se pode falar de um presente do passado (a memória e os vestígios), um presente do presente (a *attentio*, ou a “visão”) e um presente do futuro (a expectativa)⁸⁸. Essa ideia, no entanto, aponta para a percepção de que, embora futuro e passado só existam de maneira presente, esse próprio presente é efeito da passagem do futuro para o passado: o presente, “[...] na medida em que passa, reduz-se a um ponto (*in puncto praeterit*): é a expressão mais extrema da ausência de extensão do presente. [...]” (RICOEUR, 2010, v. 1, p. 36-37, grifo do autor). O presente como aquilo que passa: eis que a “história do presente” é apenas a história de um passado mais próximo. Se esse passado próximo pode fugir, mesmo que apenas parcialmente, à alteridade intransponível de que fala Certeau, ao mesmo tempo o historiador pode se valer da diferença de que se mune o etnólogo: a relação com o Outro continua partindo de uma falha entre ele e o Mesmo, apenas objetivando um grupo mais ou menos relativamente contemporâneo.

Em segundo lugar, a reflexão de Hartog a respeito dos regimes de historicidade nos permite perceber a historicidade própria às modalidades de história atentas ao passado mais próximo (tomado como presente). Assim define Hartog:

"Regime de historicidade", escrevíamos então, podia se compreender de duas formas. Em uma acepção restrita, é como uma sociedade trata seu passado. Em uma acepção ampla, regime de historicidade serviria para designar "a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana". [...] Mais precisamente, a noção devia poder fornecer um instrumento para comparar tipos de histórias diferentes, mas também e mesmo antes, eu acrescentaria agora, para iluminar modos de relação ao tempo: *formas de*

87 Não tomarei a discussão em sua totalidade para evitar fugir por demais do tema principal deste trabalho. Para acompanhá-la na íntegra cf. RICOEUR, P. As Aporias da Experiência do Tempo. In: _____. *Tempo e Narrativa*: 1. A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 13-55.

88 Lembro aqui, mesmo com certas divergências de perspectiva, do trabalho elaborado por Reinhart Koselleck a respeito da história dos conceitos, que se coloca hoje como uma referência firme para pensar a experiência do tempo a partir das categorias de “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”.

experiência do tempo, aqui e lá, ontem e hoje. *Maneiras de ser no tempo*. (HARTOG, 2006, p. 263, grifo meu)

A ideia trata então de como cada sociedade se compreende e compreende os outros como dotadas de historicidade. Citá-la me serve aqui para dizer: a “história do presente” se trata apenas de um sintoma de um novo regime de historicidade (chamado por Hartog de *presentista*) configurado atualmente que permite que uma sociedade se enxergue historicamente em sua experiência presente. Ora, os mecanismos de produção da história não escapam, dessa maneira, à lógica pensada por Certeau: o corte imposto entre passado e presente e a produção da alteridade apenas passam a operar em uma margem mais próxima do presente-passagem, retomando Agostinho e Ricoeur. Outros sintomas podem ser listados, ainda segundo Hartog: a febre de patrimonialização, as políticas da memória, a força crescente de movimentos sociais buscando direitos de minorias historicamente marginalizadas, por exemplo.

Fazer história, produzir a diferença

Retorno, então, ao texto de Certeau. Eis que perceber a falha entre o presente e o passado e se dar conta de que essa alteridade escapa aos juízos e aos sonhos do historiador não se trata de uma percepção dada, objetiva: ela é a própria instituição da historiografia na medida em que percebe que até mesmo as continuidades estão trespassadas por rupturas de significação das práticas.

[...] em vez de corresponder ao objetivo fixado no começo de minha pesquisa, o passado é bem mais diferente do que eu havia julgado, ao empreender a busca de estrangeiros semelhantes a mim. [...] “Faço história” no sentido em que não só produzo textos historiográficos, mas tenho acesso, por meu trabalho, à consciência de que algo *se passou*, atualmente morto, inacessível como vivo. A estrutura defende e exprime esta aquisição da experiência histórica; ela diz que *houve* algo diferente. (CERTEAU, 2011, p. 166-167, grifo do autor)

Esta citação nos coloca alguns problemas: de que trata a “consciência” evocada por Certeau? E como a estrutura, conceito tão usado para indicar as grandes continuidades históricas, pode dizer algo sobre as rupturas entre passado e presente? Em primeiro lugar, a consciência acessada pelo historiador não coincide com a consciência do passado em si: trata-se de uma consciência de que há um passado, e de que ele está morto. Não significa dizer que o historiador consegue operar como era a ambição de Michelet e “dar

voz” aos mortos; essas vozes emanando dos túmulos do passado podem, sim, falar ao historiador, mas é sempre este quem as reintroduzirá no pensável do presente. Diz Richard Terdiman:

A heterologia busca dar crédito total à *diversidade* [otherness] da alteridade [alterity] - à sua capacidade de *não* ser simplesmente um efeito mistificado do sistema e do discurso próprios do observador. O problema, tanto para nossa teoria quanto para nossa prática, é ver como imaginar um circuito de comunicação entre entidades autenticamente diferentes, um circuito verdadeiramente bilateral e bidirecional. (TERDIMAN, 1992, p. 7, grifos do autor)

Penso que o problema talvez não seja tratável para a historiografia na estrutura narrativa convencional contemporânea, ou, mesmo que o seja, não estou certo que o resultado seria um texto inteligível. Como Certeau sempre enfatizou, o Outro de que o historiador fala está *morto* – não no sentido de que não tem qualquer relevância para o mundo dos vivos, mas precisamente que já não pode se pronunciar por si próprio. Em um flerte claro com a psicanálise, ele diz que a historiografia trata dos mortos para dar lugar aos vivos; o objetivo é claro: trata-se de sepultar o morto a fim de evitar que seu fantasma tenha efeitos destrutivos sobre os vivos (CERTEAU, 2008, p. 57, 95, 107, 108). Assim, ainda que informado e impressionado pela experiência da alteridade, quem fala é sempre o historiador⁸⁹.

Em seguida, a estrutura nos informa sobre rupturas na medida em que aponta que os núcleos significativos que atravessam os tempos, as ditas continuidades, são continuamente refigurados pelas sociedades. Historicizando o exemplo clássico de Lévi-Strauss, se o incesto é um tabu perene, não significa dizer que ele é tratado da mesma maneira durante todo o tempo; mesmo os tabus sociais são tratados de acordo com lógicas particulares em cada grupo e em cada época. Essa busca pelas unidades atômicas da significação humana (os *mitemas*) com certeza aponta para certas perenidades; mas o que mais importa ao historiador é observar como essas unidades mínimas perenes são combinadas de maneiras diferentes, sempre históricas, ao longo dos tempos – neste sentido, retomando a ideia de que a continuidade é sempre atravessada pela ruptura. Assim é que Certeau pode dizer de uma estrutura que ela expõe a diferença. Mas uma distinção se faz necessária:

89 Cabe aqui pensar dois aspectos importantes, mas que fogem por demais ao escopo deste texto: (1) como a *experiência da alteridade* é capaz de impactar o historiador, no sentido que Certeau coloca de se aperceber da “fuga” do Outro; e (2) na medida em que quem fala é o historiador, e não o Outro, pode-se pensar se existe algum tipo de dever ético daquele para com este, e pensar as consequências desse tipo de ligação com os mortos.

No entanto, o essencial é, aqui, a articulação entre estes dois pontos: a ausência é, para o discurso histórico, a condição de possibilidade que ele desvela ao desdobrar-se; e a “estrutura” é a ferramenta conceitual que permite “compreender” e manifestar essa ausência. (CERTEAU, 2011, p. 167)

A ausência, portanto, não se confunde diretamente com a estrutura. Se a ausência é um fenômeno *a priori*, a condição de um discurso histórico, a estrutura só surge como ferramenta explicativa no presente historiográfico. Para Certeau, se a alteridade é a base sobre a qual se produzirá a compreensão pelo presente do passado, cada presente historiográfico será responsável pelo uso de um determinado conceito operacional para tratar dessa alteridade desvelada. Trata-se de produzir uma ideia a partir da qual se possa recortar no Outro determinada característica que possa ser usada como parâmetro comparativo – o que não significa em absoluto a produção de um discurso simplesmente comparativo. Essa “comparação” está sempre a serviço da compreensão, da reinscrição dessa alteridade no presente: o presente historiográfico pensa as estruturas do passado histórico porque pressupõe a existência de estruturas atuantes tanto em uma quanto em outra dimensão.

Quanto ao presente historiográfico, Philippe Carrard lembra bem: “O que eles [os historiadores] deveriam fazer concretamente para estabelecer sua ciência [awareness] de suas próprias retórica, política, ética, visão de história, e filiação social/institucional?” (CARRARD, 2001, p. 478). Certeau não oferece a resposta a essa pergunta. Como coloquei anteriormente, parece-me que é preciso pensar, como o próprio Carrard se pergunta, se uma narrativa que explicita tanto quanto for necessário suas condições de possibilidade seria de fato possível ou, se possível, se seria inteligível. É possível conjecturar se o trabalho reflexivo deveria acompanhar materialmente a narrativa, ou se ele é responsabilidade de um trabalho à parte; de qualquer forma, essa reflexividade que levou à formulação da tríade “lugar social/procedimentos de análise/escrita” permanece uma abordagem poderosa quanto à história da historiografia.⁹⁰

Neste ponto devemos lembrar que, no período de produção desse texto – segunda metade do século XX – o estruturalismo praticamente se impunha como horizonte de diálogo e de enfrentamento no pensamento francês. As considerações críticas de Lévi-Strauss acerca da história seriam rebatidas por Braudel e os *Annales*, pela filosofia de Michel

90 Por isso, quando, explicando o “lugar social”, Jacques Revel diz que “O historiador se submete aos imperativos de uma profissão pela qual deve se fazer conhecer e com a qual ele se encontra em negociação constante por tudo que toca suas maneiras de fazer e de dizer.” (REVEL, 2010, p. 145), pode-se ver aí não apenas o fundamento para historicizar a historiografia passada, mas a nossa própria historiografia presente. O jogo entre o Outro e o Mesmo, quando da história da historiografia, sugere a possibilidade de pensar os limites de nossa própria prática.

Foucault e por tantos outros pensadores que buscavam repensar a história à luz das colocações da antropologia estruturalista. Trata-se aqui de uma disputa clara de campos do conhecimento: à ideia de uma estrutura colocada fora do tempo (as tais unidades mínimas da significação humana buscadas pela antropologia estruturalista), responsável por explicar a perenidade de determinados temas ao longo do tempo e em sociedades tão apartadas quanto possível, a história responde dizendo que as estruturas são, apesar de tudo, históricas, e, portanto, suscetíveis aos efeitos do tempo e das reconfigurações operadas mais ou menos lentamente pelos homens em sociedade. A resposta mais clara e mais disseminada seria a das durações de Braudel, mas podemos ver que Certeau tem sua abordagem própria – fruto de seu diálogo peculiar com a obra de Freud e de Lacan. Para ele, o corte estrutural é mais uma das fundações do saber historiográfico do que o fim almejado por ele, baseando-se na ideia da pesquisa como uma experiência de limites, do contato com uma alteridade irreduzível⁹¹.

Eis então que o historiador se vê tensionado entre duas forças do presente historiográfico:

Paradoxalmente, ao desvelar uma descontinuidade, ele tem, ao mesmo tempo, o objetivo de dizê-la, relatá-la, analisá-la, explicá-la e, portanto, introduzi-la no texto homogêneo de uma cultura presente, no interior de uma literatura, com os instrumentos intelectuais da época em que se situa a narrativa historiográfica. Trabalho curioso: *ele parece negar, pela obra realizada, a ruptura que ele faz aparecer*. (CERTEAU, 2011, p. 168, grifo meu)

Essa tensão, própria da atmosfera de luta entre um estruturalismo a-histórico e a posição do campo historiográfico daqueles anos, ainda perdura. De um extremo a outro, vemos a discussão em torno de qual ferramenta seria supostamente mais adequada para lidar com o Outro. Com efeito, o trabalho mais incisivo na dimensão de ruptura entre passado e presente ainda só pode se tornar pensável operando a partir de concepções presentes – uma estrutura textual e narrativa, uma concepção da história e um corpo delimitado de procedimentos, para listar apenas alguns aspectos. A tensão da compreensão se impõe absorvendo a diferença que desvelou, produziu e busca comunicar. Trata-se, como diz Certeau, de consequências da “experiência do limite”: se já não podemos nos pensar como o

91 Em texto de 2002, Peter Burke sugere que o tema da alteridade surge em Certeau a partir de suas leituras teológicas. Parece-me uma hipótese plausível, principalmente pensando em sua obra “*L'étranger ou l'union dans la différence*”. No entanto penso que é preciso atentar para o papel importante da alteridade na psicanálise, principalmente em sua vertente lacaniana, disciplina com a qual Certeau dialoga abundantemente. Ademais, parece-me que os ganhos de se identificar a “origem” do tema no que seria a “obra” de Certeau seriam mínimos, sem contar nos grandes problemas conceituais desse tipo de pesquisa, já abundantemente criticados por Michel Foucault.

todo, como podemos pensar, então, essa alteridade que se nos apresenta? É preciso avançar um passo e também se perguntar: é possível expressar essa alteridade na escrita de maneira que lhe faça justiça? O que seria essa justiça? E qual seria a forma dessa expressão?⁹²

Momentos das ferramentas conceituais: cronologia (séculos XVI e XVII) e estrutura

Certeau problematiza então a questão das ferramentas do historiador: aponta para como nos séculos XVI e XVII a necessidade de compreender o Novo Mundo e as viagens ao extremo oriente impôs ao pensamento europeu a criação de um parâmetro que permitisse tal tarefa. Fruto dessa experiência dos limites, essa compreensão da alteridade através de uma referência conceitual comum foi a resposta ao esfacelamento das certezas apoiadas sobre o conhecimento do mundo pelos antigos.

Um trabalho que tendia a restaurar o homogêneo, graças ao discurso de uma compreensão, organizou-se (estruturou-se) em função dessa ameaça de dissuasão interna; aliás, ele se operou segundo diversas modalidades. [...] Vou mencionar apenas um caso que se situa, também, no setor religioso: *a cronologia*. Para superar a distância que se criava entre o universo americano ou chinês e o mundo ocidental, foram recuadas a períodos mais antigos, as datas dos livros ou fatos do Antigo Testamento suscetíveis de oferecerem pontos iniciais comuns a filiações diferentes [...] (CERTEAU, 2011, p. 169-170, grifo do autor)

Eis que no período em que as potências europeias saíram em viagens pelo mundo, tornou-se necessário pensar essas tradições que careciam de qualquer referência ao pensamento cristão⁹³. A partir do esforço de referir as Escrituras a uma cronologia mundana – ainda hoje uma questão que mobiliza certos grupos⁹⁴ – a datação de uma maior antiguidade desses eventos se tornou a base comum a partir da qual se pôde pensar essa alteridade irreduzível. Esses pensadores franceses cristãos dos séculos XVI e XVII constroem, então, suas reflexões ao redor desse aparato conceitual construído. Trata-se aqui do estabelecimento

92 Jörn Rüsen (2004; 2008) tem enfrentado esse problema, embora partindo de outras perspectivas analíticas. Outros pensadores também têm buscado respostas para essas perguntas, entre os quais cito Heidi Maibom (2010), Berber Bevernage (2008), Maria Lucília Marcos (2011) – esta, uma intérprete da obra de Paul Ricoeur, que também contribuiu para pensar o problema, especialmente em *A Memória, a História, o Esquecimento* (2007).

93 Lembremos do clássico de Lucien Febvre a respeito da possibilidade de não crer no século XVI. Se a obra já foi submetida à crítica quase que exaustivamente, não deixa de ser provocante perceber que determinadas categorias do pensamento religioso permaneceram atravessando o racionalismo nascente.

94 Certamente com outros objetivos, contemporaneamente. Vemos então um belo exemplo das refigurações de temas, das rupturas que atravessam as aparentes continuidades.

de certo modelo determinado a partir do qual um grupo é capaz de pensar aquilo que está além de suas fronteiras.

De maneira semelhante, o modelo estruturalista oferece, segundo Certeau, “um estatuto científico e um rigor ao que *veio a ser*, para nós, uma condição de possibilidade para o pensamento ou para o discurso [...]” (CERTEAU, 2011, p. 171, grifo do autor). Esse “rigor científico” se referiria à possibilidade de encontrar nas estruturas sociais o fenômeno objetivo por excelência da experiência humana: o universal, o transcendente, aquilo que comporia ao menos parte da essência da vida social humana. Ele continua:

Talvez, no futuro, essa forma presente, estrutural, oferecida à possibilidade de pensar, venha a aparecer tão frágil quanto havia sido o recurso da historiografia “clássica” a um ponto de partida original e a uma cronologia que tinham permitido constituir, em uma série, as relações do Ocidente cristão com outras civilizações. De qualquer forma, subsiste o problema suscitado, aqui e lá, em termos diferentes [...] (CERTEAU, 2011, p. 171-172)

Ora, explicita-se aqui a consciência de historicidade da prática historiográfica. Penso que é aqui que Certeau mostra mais claramente a peculiaridade do seu conceito de ciência: já não se trata do estabelecimento d'O Método, a partir do qual seria possível apreender e compreender o mundo, a alteridade, e instituir um saber tão objetivo quanto real. Para Certeau, a atenção à historicidade do discurso e às condições de possibilidade do estabelecimento de um saber é inseparável. É a atenção aos limites do contemporâneo que permite estabelecer as “[...] regras que permitam “controlar” *operações* destinadas à *produção* de objetos determinados.” (CERTEAU, 2008, p. 109, grifo do autor): perceber que as regras, as operações e a produção de objetos são, como ele diz, *determinadas* – portanto, históricas – é se permitir pensar o saber histórico como um saber legítimo dentro de uma possibilidade da experiência⁹⁵. Assim, ao argumento cético da impossibilidade do saber, coloca-se a objeção clara de que mesmo que todo discurso seja histórico, ainda é possível elaborar um saber significativo para uma determinada sociedade em determinado tempo. Tal perspectiva é reforçada no fechamento de sua apresentação:

⁹⁵ Para uma análise bastante sensata dessa atenção de Certeau quanto aos limites, feita a partir de “A Possessão de Loudun”, ver WEYMANS, Wim. Michel de Certeau and the Limits of Historical Representation. *History & Theory*, Middletown, v. 43, n. 2, p. 161-178, 2004.

Para terminar, voltarei, de preferência, aos “espirituais” da época clássica, selvagens do século XVII, limitando-me a dizer que sua *ausência*, talvez, me ensinou a tornar-me um *historiador*, que o estudo desse tema obriga a avaliar, no desenvolvimento de uma prática científica, a aventura e os riscos implicados pela ingênua ambição de “compreender” e que, por último, a modalidade “estruturalista” dessa compreensão abre, sob uma forma particular (presente), o problema constante da relação entre uma inteligibilidade e o que a torna possível. “História e escritura”: esse título questiona a relação de qualquer discurso historiográfico com suas condições de possibilidade ou, de forma mais ampla, a relação de qualquer ciência com seus postulados epistemológicos. (CERTEAU, 2011, p. 172, grifo do autor)

A longa citação não é despropositada. Ela explicita aquilo que me parece mais particular na abordagem de Certeau quanto à prática historiográfica como prática científica. Primeiro, é preciso que lembremos, mesmo que ao risco do cansaço, da particularidade do conceito de ciência do autor, sua atenção para a historicidade e para a diferença constitutiva da possibilidade de pensar em cada época⁹⁶. Em seguida, convém notar que a figura do Outro, tão cara à sua concepção de história, deve muito à etnologia, mas também e principalmente à psicanálise de Freud e Lacan. Com efeito, retomá-la na teoria da história significa considerar que todo processo cognitivo parte de uma constituição particular da separação entre Mesmo e Outro; todo saber seria então construído sobre essa base identitária postulada e, depois, posta em questão⁹⁷. Essa crítica profunda ao recalcamento das condições de possibilidade do pensamento, sua naturalização, mais precisamente, é fundamento para esse conceito de história que estabelecerá na explicitação e no questionamento dessas condições sua possibilidade de saber, sua capacidade de construir um conhecimento ao mesmo tempo rigoroso, crítico e atento à própria historicidade. Sem oferecer saídas fáceis, Certeau cobra de nós que não tomemos a historicidade de nosso saber como um dado, mas sim como um problema.

Estou falando, é claro, da formulação de um *regime de historicidade* localizável: não vem de longa data a possibilidade de pensar o presente como radicalmente histórico e dissociado de uma concepção progressista e teleológica (hegeliana, talvez) do

96 Penso que essa necessidade vem do surgimento de leituras como a de Roger Chartier, que parece procurar em Certeau um defensor do que ele chamou de saber universal (CHARTIER, 1998, p. 257).

97 Embora sem uma ligação direta e explícita com Certeau, gostaria de chamar a atenção do leitor para a riqueza da obra de Emmanuel Lévinas, filósofo francês do século XX, que dedicou seu pensamento a refletir a figura do Outro e o papel da alteridade na constituição de toda uma estrutura de saber e de poder no Ocidente. Lévinas e sua obra ainda pouco retomada na historiografia (talvez em função daquela distância desconfiada que historiadores tomam da filosofia) podem oferecer um caminho bastante fértil para a reflexão da alteridade na escrita da história. Um artigo recente que explora uma dessas possibilidades é: LIPARI, Lisbeth. Rhetoric's Other: Levinas, listening, and the ethical response. *Philosophy and Rhetoric*, University Park, v. 45, n. 3, p. 227-245, 2012.

tempo. Assim, convém sempre ter em mente a tensão que nos permite passar a experiência pela nossa grade fundamental do pensamento.

A tensão da historicidade do pensamento

A particularidade do texto que analiso aqui é a de que ele resulta de uma apresentação em um evento. As considerações complementares permitem então aprofundar determinados pontos da fala em relação a perguntas da audiência; não se poderia ignorá-las. Parece-me que o drama do pensável e do impensável – tema principal da fala de Certeau – atravessa também essas considerações complementares. Tomemos o primeiro ponto de atenção:

Atualmente, qualquer história é social. Compreender as condições de vida no século XVII [...] é estabelecer sua relação com a organização global da sociedade. Finalmente, é pensável apenas o que se refere a essa “razão” que é a organização de uma sociedade. (CERTEAU, 2011, p. 172)

Aqui Certeau toma de partida a *nossa* razão fundamental – ou um aspecto dela. Tratam-se das formas de referência absoluta a determinada dimensão da experiência: naquele período, o imperativo da história social; posteriormente, surgirá também a máxima “toda história é história cultural”. Coloca então como problema o que nos é apresentado como dado. O social (ou o cultural) não é, a partir dessa perspectiva, uma característica que ontologicamente define uma organização ou um modo de viver na experiência; é, antes, um recorte produzido por uma racionalidade particular e determinada, uma tomada de posição que permite pensar a alteridade do passado ausente. Certeau reforça aqui a diferença inescapável desvelada por quem se debruça sobre esse Outro postulado. Ele continua:

Ainda resta saber o que, atualmente, nos permite compreender. [...] Lucien Febvre diz-nos que, finalmente, as feiticeiras e os feiticeiros manifestam-nos, também, algo do homem do século XVII, mas – acrescenta ele – “no homem, acredito apenas no que é humano”. Esta fórmula [...] supõe que Lucien Febvre sabe, por sua vez, o que do homem é crível ou o que é humano; ou, dito por outras palavras, ele dispõe de uma grade filosófica, de uma concepção de homem que lhe permite escolher, nas narrativas do século XVII, o que é “humano” ou não, o que é crível ou não. Pessoalmente, creio que esse tipo de divisão é problemático: *nos é proibido, sem deixar de ser inevitável*. Trata-se de um postulado que adotamos, uma posição que assumimos em relação a todo esse passado, para sermos capazes de pensá-lo. (CERTEAU, 2011, p. 173, grifo meu)

“Proibido, mas inevitável”, o processo de apreensão da alteridade a partir de categorias presentes passa facilmente despercebido a quem é formado no interior de determinada tradição intelectual. Neste sentido, pode-se pensar o trabalho do intelectual como o trabalho de explicitar essas concepções naturalizadas: em particular o historiador, por seu trabalho privilegiado de investigação da alteridade, seria então responsável por lembrar o presente de sua historicidade. Não significa dizer que esse discurso é exclusividade dos intelectuais; como diz Terdiman, “Nossa compreensão da marginalidade deve integrar, tão profundamente quanto puder, o papel das bordas e das diferenças em criar as condições de possibilidade para qualquer compreensão.” (TERDIMAN, 2001, p. 404), ou seja, é preciso pensar nas capacidades criadoras do estabelecimento das diferenças. E, além disso, a relação dos homens com o tempo é muito mais ampla, como bem mostram Koselleck e Hartog. Pode-se perceber as diferentes experiências temporais, por exemplo, através das políticas dedicadas à memória e ao patrimônio. Mas a relativização do presente em relação ao passado e o reconhecimento da alteridade para além da vulgata do progresso passam também pelo processo efetivo de reflexão sobre essa experiência temporal – e é aí que podemos encontrar uma das facetas de relevância social do trabalho historiográfico.

Se para Febvre estava claro aquilo que era efetivamente “humano” no homem, se para nós e nossos contemporâneos pode haver um determinado consenso sobre o que seja “cultura” – consenso inexistente, como sabemos – apontar para as significações singulares e históricas de cada categoria é tornar problemático, transformar em questão, aquilo que fundamenta todo o processo de pensamento de determinados grupos em determinadas épocas. É essencial seguir perguntando “Por quê?” e “Como?” para que não percamos de vista a provisoriedade de nosso pensamento e de nosso saber.

Certeau prossegue seu raciocínio elaborando uma crítica ao uso instrumental da psicanálise pela história:

Aliás, certo número de trabalhos, na área tanto da etnologia quanto da história, mostra que o uso os conceitos psicanalíticos torna-se uma espécie de retórica: é uma “maneira de falar”. [...] Infelizmente, trata-se de conceitos vazios pelo fato de que, precisamente, seu único objeto consiste em designar ou cobrir pudicamente as regiões da história ainda incompreensíveis; *eles circunscrevem o inexplicado, sem conseguirem explicá-lo*; confessam sua ignorância. (CERTEAU, 2011, p. 174, grifo meu)

Trata-se de um uso bastante redutor segundo o qual o intelectual busca dar nome àquilo que não compreende a fim de mascarar a impossibilidade ou a falta de esforço de

entender o fenômeno. Aos mistérios da fenomenologia da ação dos supostos sujeitos históricos, aos desvios inexplicáveis, o intelectual responde usando vulgarmente o “inconsciente” ou “a morte do pai” – ou outros conceitos emprestados sem rigor⁹⁸.

Esse uso pobre e superficial não é exclusividade da psicanálise: no contexto de diálogos privilegiados com outras disciplinas, em especial as ciências sociais, sem deixar de ter relação com o crescimento quantitativo e as pressões políticas visando a simples “produção acadêmica”, é relativamente fácil de encontrar exemplos de conceitos ou noções emprestados sem qualquer rigor para servir de designação daquilo que não se compreende – algo como “usar um conceito que não entendo para designar um fenômeno que não entendo”. O conceito de “representações sociais”, emprestado da psicologia social, consiste em um desses exemplos: especialmente após sua popularização por Roger Chartier⁹⁹ e a discussão empregada por Carlo Ginzburg¹⁰⁰, assistiu-se a um *boom* no uso, muitas vezes irrefletido, do conceito. Se “cultura” é um termo polissêmico e sempre retomado criticamente tanto na antropologia quanto na história, os sentidos dispersos das “representações” parecem apenas indicar uma grande confusão conceitual. É contra essa desatenção (necessariamente histórica e social) com nossas condições de possibilidade, com as ferramentas de que lançamos mão, que Certeau se levanta.

Um conceito eurocêntrico de história

Eis que na esteira do esforço de historicizar nossos fundamentos do pensamento, Certeau é questionado a respeito de sua concepção de história – mais particularmente se sua concepção não seria demasiado eurocêntrica. Concordando com o problema, ele diz: “Devemos, portanto, localizar, relativizar, finalmente, “historicizar” nossa concepção da história, pelo fato de que se constituem ou aparecem, atualmente, outras concepções culturais sobre a relação com o tempo.” (CERTEAU, 2011, p. 176). Quais as

98 Joan Scott recentemente colocou em questão o relacionamento entre psicanálise e historiografia, não apenas nos usos “teatrais”, mas também nas tentativas efetivas de diálogo entre as duas matrizes disciplinares. Cf. SCOTT, J. The incommensurability of psychoanalysis and history. *History & Theory*, Middletown, v. 51, n. 1, p. 63-83, 2012.

99 Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990. É interessante notar que o próprio Chartier mantém sempre em tensão seu uso dos conceitos de “prática” e “representação”, sempre buscando aprimorar sua aplicação conceitual (ver, posteriormente, seu livro “À Beira da Falésia”, como exemplo). Tal atenção parece minoritária no conjunto de trabalhos que tomam o conceito de “representação” emprestado.

100 Cf. GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

consequências dessa historicização? É preciso então pensar no processo cognitivo que é colocado em movimento pela história.

[...] por um lado, ela ocupa-se de um presente que pretende ser diferente; ela confirma uma inovação fundadora, um novo começo. Por outro, em um discurso, ela exprime a necessidade de situar-se em relação ao que, no presente, ainda dá testemunho de algo mais antigo, rebelde e resistente ao presente. (CERTEAU, 2011, p. 177)

Em que essa articulação se impõe com relação ao eurocentrismo de um determinado pensamento? Ora, aqui o esforço é de encontrar um processo que, embora não universal, seja capaz de abarcar a historiografia profissional produzida em outras regiões. Pode-se objetar, justamente, que tal processo ainda se fundamenta na concepção europeia de erudição, de historiografia e de intelectualidade. Embora seja uma afirmação com a qual se possa concordar a princípio, parece-me ser preciso se dar um segundo momento para refletir: se por um lado essa concepção europeia de história serviu por muito tempo – e às vezes ainda serve – como instrumento de dominação cultural, de desprezo pelo Outro, de colonização e imperialismo, por outro lado a historiografia inspirada no pós-colonialismo floresceu, e ainda floresce, nas antigas colônias. Tratou-se, com efeito, de fazer surgir uma historiografia que por muitas vezes questionou e denunciou os abusos europeus a partir dessa apropriação da forma de fazer a história.

José Carlos Reis, em um livro recente¹⁰¹, lembra-nos de passagem do ceticismo europeu sobre a capacidade de compreensão de seus autores célebres pelos *estrangeiros*. Mas mesmo à revelia dos mais conservadores, campos historiográficos mais ou menos independentes florescem em outras partes do mundo, apropriando-se daquilo que dizem pensadores europeus e também pensadores locais para produzir suas próprias narrativas. Rompe-se assim o monopólio do sentido caro a quem ainda deseja saber “exatamente o que se passou”, mas incapaz de dar conta da significação plural a que um texto pode proporcionar: basta lembrar-se de “A Invenção do Cotidiano”, obra na qual Certeau argumenta com força contra a ideia de uma “significação ortodoxa” ou do “sentido literal”. Parece-me que esse movimento não pode ser desconsiderado, tratado como simples desvio, mas que é preciso considerar essas apropriações como uma tomada de posição política e uma mudança nos termos da relação de poder entre a intelectualidade europeia e os pensadores “marginais”. Em

101 Reis ainda aponta que seu estudo é justamente uma busca por interpretar as obras dos autores designados em um contexto local, e não universal. Cf. REIS, José Carlos. *História da “Consciência Histórica” Ocidental Contemporânea*: Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

analogia à apropriação no cotidiano, penso que esse florescimento às margens da celebridade intelectual tão caras à França, Alemanha ou Inglaterra indica o fim, ou ao menos o enfraquecimento de um monopólio (ou de uma bipolaridade entre Europa e América do Norte) sobre o capital simbólico do pensamento.

Assim, retomando o processo delineado por Certeau para definir os procedimentos historiográficos, é preciso reconhecer essa dupla dimensão do mesmo: por um lado, fundado em um conceito determinado de história e de intelectualidade; por outro, apropriado e reconfigurado pelos centros nascentes e crescentes do pensamento pós-colonial em diversas partes do mundo.

Para finalizar a historicização do conceito de história, Certeau trata da questão inescapável do real e do papel do real na historiografia:

Outrora, o conceito de causalidade podia fornecer um respaldo ontológico ao discurso historiográfico; atualmente, através do que afirmamos até aqui a respeito da história, talvez seja possível aprofundar a via aberta por Dilthey: ele situava o real do lado de uma *resistência* encontrada pela investigação. [...] Talvez, também, deveria proceder-se a uma pesquisa, ainda mais aprofundada, das “condições de possibilidade” de qualquer história, considerando que o real é o irracionalizável que permite cada racionalização, em suma, o ausente que torna possível a história e lhe escapa. (CERTEAU, 2011, p. 178, grifo do autor)

Eis então em resumo toda a discussão elaborada ao longo do texto e a resposta, especulativa, é claro, ao problema levantado. Aqui, para Certeau, trata-se de pensar a capacidade de saber da história independentemente de um apoio ontológico: se não se pode apreender o real no discurso historiográfico, ao mesmo tempo é sempre em relação a esse ausente que se formula seu pensamento. O passado, o real, essa alteridade absoluta em relação ao qual se formula o texto do historiador permanecerá ausente; mas justamente pelo trabalho do historiador esse ausente é capaz de operar *a partir* e *em direção* dos fundamentos do pensamento. *A partir* porque é a partir de nossa concepção presente – o olhar sonhador que cria mundos que jamais conhecerá, citado no começo – que podemos nos debruçar sobre esse material que evoca a ausência; *em direção a* porque quando se apercebe da diferença o historiador é capaz de desnaturalizar o presente, relativizando-o em relação ao passado. Parece-me que esse processo dialético *constitutivo* da e ao mesmo tempo *constituído* pela historiografia foi uma das grandes contribuições de Certeau à historiografia contemporânea. Se se pode dizer que tal concepção já está bastante difundida, respondo afirmando que essa fórmula, certamente parcial e histórica, apresenta-se como algo a ser lembrado

constantemente – uma chamada de atenção importante. Trata-se, sim, de percebê-la também em sua historicidade: como foi formulada, em relação a quais problemas e com vistas a quais expectativas. Mas acima de tudo, é importante a manutenção de uma atitude crítica em relação aos postulados e aos fundamentos sobre os quais construímos nosso pensamento.

REFERÊNCIAS

Obras de Michel de Certeau

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2003 (1ª ed. 1995).

_____. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *Heterologies: discourse on the Other*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.

_____. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. L'absent de l'Histoire. In: _____. *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. 2. ed. Paris: Gallimard, 2002.

_____. *L'invention du quotidien: 1. Arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990. Folio essais.

_____. *L'Écriture de l'Histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

_____. *L'étranger ou l'union dans la différence*. Paris: Points, 1969.

_____. Une épistémologie de transition: Paul Veyne. *Annales ESC*, Paris, v.27, n. 6, p. 1317-1327, 1972.

Bibliografia de apoio

ALBERTI, Verena. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. *Estudos Históricos*, v. 17, p. 31-57, 1996.

ANKERSMIT, Frank. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: EdUEL, 2012.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. A história da historiografia pós-giro linguístico: para além da metáfora dos lugares. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 4, p. 13-14, 2010.

AZEVEDO, Danrlei de Freitas; TEIXEIRA, Felipe Charbel. Escrita da história e representação: sobre o papel da imaginação do sujeito na operação historiográfica. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, jan./jun. 2008, pp. 68-90.

BAETS, Antoon de. A declaration of the responsibilities of present generations toward past generations. *History and Theory*. Middletown, v. 43, n. 4, p. 130-164, 2004.

_____. The Abuse of History: demarcations, definitions and historical perspective. In: HOEN, Herman; KEMPERINK, Mary (eds.). *Vision in text and image: the cultural turn in the study of arts*. Leuven: Peeters, 2008. p. 159-173.

BERBERT, Carlos Oiti. Teoria da história e filosofia da história: uma análise das relações entre a epistemologia, a metodologia e o pensamento especulativo. *Dimensões*. Vitória, v. 24, p. 173-192, 2010.

BEVERNAGE, Berber. Time, presence, and historical injustice. *History & Theory*, Middletown, v. 47, n. 2, p. 149-167, 2008.

BLANCHOT, Maurice. *Uma voz vinda de outro lugar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EdUSP, 2007a.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007b.

_____. *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

BURKE, Peter. The Art of Re-interpretation: Michel de Certeau. *Theoria*, Pietermaritzburg, v. 49, n. 100, p. 27-37, 2002.

CARRARD, Philippe. History as a kind of writing: Michel de Certeau and the poetics of historiography. *The South Atlantic Quarterly*. Durham, v. 100, n. 2, p. 465-482, 2001.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. Writing the practices. *French Historical Studies*, Durham, v. 21, n. 2, p. 255-264, 1998.

DAVIS, Natalie Zemon. Decentering History: local stories and cultural crossings in a global world. *History and Theory*. Middletown, v. 50, n. 2, p. 188-202, 2011.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. *Michel de Certeau: le marcheur blessé*. Paris: La Découverte, 2002.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *Arqueologia das ciencias e historia dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 (Coleção Ditos & Escritos, 2).

_____. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002 (Coleção Ditos & Escritos, 1).

_____. *Ética, sexualidade, política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (Coleção Ditos & Escritos, 5).

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIARD, Luce. Un chemin non tracé. In: CERTEAU, M. *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. 2. ed. Paris: Gallimard, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES, Sérgio Campos. Enfrentamentos epistemológicos: teoria da história e problemática pós-moderna. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 8, p. 187-196, 2012.

HAACK, Susan. Six Signs of Scientism. *Logos & Episteme*, [s.i.], v. 3, n. 1, p. 75-95, 2012.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: UnB, 2003.

_____. Situações postas à história. *Revista de História*, São Paulo, n. 166, p. 17-33, 2012.

_____. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.

HIGHMORE, Ben. An epistemological awakening: Michel de Certeau and the writing of culture. *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, Londres, v. 15, n. 1, p. 13-26, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

LIPARI, Lisbeth. Rhetoric's Other: Levinas, listening, and the ethical response. *Philosophy and Rhetoric*, University Park, v. 45, n. 3, p. 227-245, 2012.

LORENZ, Chris. Can histories be true? Narrativism, positivism and the metaphorical turn. *History and Theory*. Middletown, v. 37, n. 3, p. 309-329, 1998.

MAIBOM, Heidi. Imagining others. *Les Ateliers de l'Éthique*, Montreal, v. 5, n. 1, p. 34-49, 2010.

MARCELO, Gonçalo. Paul Ricoeur and the Utopia of Mutual Recognition. *Études Ricoeuriennes*. Pittsburgh, v. 2, n. 1, p. 110-133, 2011.

MARCOS, Maria Lucília. Identidade narrativa e ética do reconhecimento. *Études Ricoeuriennes/Ricoeur Studies*, Pittsburgh, v. 2, n. 2, p. 63-74, 2011.

MARQUES, Tiago Pires. Michel de Certeau et l'anthropologie historique de la modernité. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, Paris, n. 23, p. 3-18, 2010.

NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 523-545, 2010.

REIS, José Carlos. *História, a ciência dos homens no tempo*. Londrina: EdUEL, 2009.

_____. *História da "Consciência Histórica" Ocidental Contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011a.

_____. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 3, n. 6, p. 4-26, 2011b.

REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: UFPR, 2010.

REYNOLDS, Bryan; FITZPATRICK, Joseph. The Transversality of Michel de Certeau: Foucault's panoptic discourse and the cartographic impulse. *Diacritics*. Baltimore, v. 29, n. 3, p. 63-80, 1999.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales HSS*. Paris, v. 55, n. 4, p. 731-747, 2000.

_____. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (3 volumes).

RIGNEY, Ann. When the monograph is no longer the medium: historical narrative in the online age. *History and Theory*. Middletown, v. 49, n. 4, p. 100-117, 2010.

RÜSEN, Jörn. How to overcome ethnocentrism: approaches to a culture of recognition by history in the twenty-first century. *History & Theory*, Middletown, v. 43, n. 4, p. 118-129, 2004.

_____. The horror of ethnocentrism: westernization, cultural difference, and strife in understanding non-western pasts in historical studies. *History & Theory*, Middletown, v. 47, n. 2, p. 261-269, 2008.

SCOTT, Joan. The Incommensurability of Psychoanalysis and History. *History and Theory*, Middletown, v. 51, n. 1, p. 63-83, 2012.

SEIGEL, Jerrold. Mysticism and Epistemology: the historical and cultural theory of Michel de Certeau. *History and Theory*, Middletown, v. 43, n. 3, p. 400-409, 2004.

TERDIMAN, Richard. The Marginality of Michel de Certeau. *The South Atlantic Quarterly*, Durham, v. 100, n. 2, p. 399-421, 2001.

_____. The Response of the Other. *Diacritics*, Baltimore, v. 22, n. 2, p. 2-10, 1992.

VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique; MATA, Sérgio da (orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

_____. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WANDEL, Torbjörn. Michel de Certeau's Place in History. *Rethinking History*, [s.i.], v. 4, n. 1, p. 55-76, 2000.

WEYMANS, Wim. Michel de Certeau and the limits of historical representation. *History and Theory*. Middletown, v. 43, p. 161-178, 2004.

WIERCINSKI, Andrzej. The Courage to Ask and the Humility to Listen: hermeneutics between philosophy and theology. *Analecta Hermeneutica*. Toronto, v. 2, p. 1-13, 2010.

ZIZEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.